

LANÇADO EM PRAÇA PÚBLICA O MOVIMENTO NACIONALISTA

LEIA NA
3ª PÁGINA

As Contradições do Governo Na Entrevista do Presidente

Em recente entrevista à imprensa o presidente Kubitschek não pôde esconder que o governo se debate em meio a contradições, cuja solução efetiva só poderia ser encontrada na mudança radical da política que segue atualmente.

Quando denuncia a campanha de inspiração imperialista contra o monopólio estatal do petróleo, manifestando sua decisão de manter e preservar a Petrobrás, quando rechassa a pressão dos grupos a serviço do latifúndio no sentido de uma reforma cambial, o presidente da República cede à vontade expressa das forças patrióticas e populares, dos setores nacionalistas que atuam no governo e nos partidos políticos, é forçado a inclinar-se ante os interesses nacionais.

Ao mesmo tempo, porém, contradiz-se de modo flagrante ao defender a instalação da base ianque de teleguiados em Fernando de Noronha, foge a uma definição clara no sentido da ampliação do comércio e das relações com os países socialistas, apoia o colonialismo português e se faz porta-voz da manobra entreguista da «pacificação». Dispõe-se assim o sr. Kubitschek a prosseguir numa política repudiada pela maioria da nação, política inspirada pelos círculos entreguistas e reacionários ligados diretamente ao imperialismo norte-americano.

Muito embora afirme o presidente que, tanto no caso da Petrobrás como em relação a Fernando de Noronha o governo manteve «uma linha de coerência inalterável», é evidente para todos o conflito entre estes dois atos governamentais. Nessa orientação contraditória se exprime a própria heterogeneidade do governo e de sua base política, onde predominam as forças tradicionais dos fazendeiros e grandes capitalistas ligados ao imperialismo, mas onde existem também forças populares e patrióticas, setores nacionalistas da burguesia e do Exército.

As contradições internas que minam o governo do sr. Kubitschek, e a contradição crescente entre seus atos entreguistas e os anseios patrióticos do povo brasileiro, respondem pela sua instabilidade, por um certo desgaste de sua base política que assistimos nos últimos meses. Sempre que o atual governo se orientou no sentido da salvaguarda da soberania nacional, como no

caso da anulação dos acordos atômicos com os Estados Unidos e da concessão à refinaria de Capuava, recebeu o apoio das correntes populares e patrióticas que o sufragaram nas urnas. Quando, no entanto, capitula ante as exigências dos trustes e dos seus agentes no governo, como no caso da entrega de Fernando de Noronha, na resistência a ampliar as relações com o campo socialista, no fechamento de organizações patrióticas e democráticas, enfrenta o descontentamento e mesmo a hostilidade das massas populares, dos amplos setores nacionalistas.

As forças entreguistas e reacionárias buscam resolver as contradições da política do governo numa direção favorável aos seus interesses antinacionais: através da «pacificação», pretendem unificar os agentes do imperialismo que se encontram dentro e fora do governo, eliminar os elementos patriotas das posições oficiais que ocupam e impor uma política mais consequente de capitulação aberta ao imperialismo ianque.

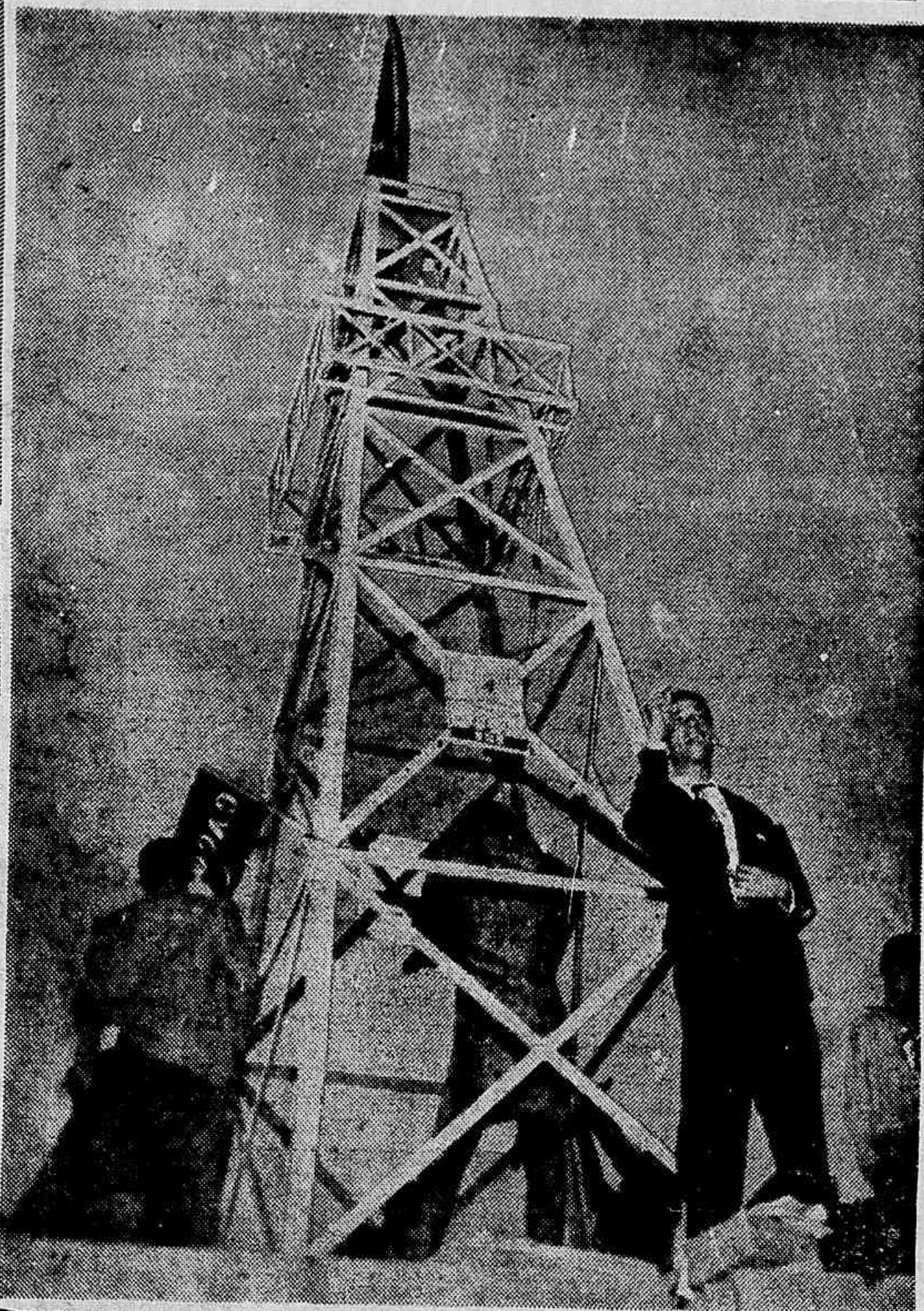
Lutando para superar essas contradições de maneira favorável aos interesses nacionais, as forças patrióticas e democráticas exigem do governo que realize uma política de defesa intransigente da soberania nacional, de paz e amizade com todos os países, de respeito às liberdades civis, de combate efetivo à carestia e à inflação. Na luta por uma política nacionalista e democrática podem e devem unir-se em ações comuns as amplas forças patrióticas que atuam fora do governo e os setores nacionalistas que se encontram no próprio aparelho governamental.

Exemplo dessa unidade de ação é o vigoroso apoio popular que vem sendo dado à direção da Petrobrás, cujos administradores têm sabido, por sua vez, manter uma ligação estreita com o povo. A luta por modificações na política do país implica, por outro lado, na denúncia e desmascaramento dos setores do governo claramente comprometidos com o imperialismo americano, na exigência de que sejam afastados de seus postos.

Mediante a ação conjugada de todos os patriotas num amplo movimento de massas, é possível derrotar os grupos entreguistas e impor modificações na política interna e externa do país num sentido favorável aos interesses nacionais e populares.

VOZ OPERÁRIA

Nº 421 ★ Rio de Janeiro ★ 29 de Junho de 1957



Na capital da República, na Praça Floriano, despertou o entusiasmo popular a colocação da torre, símbolo do movimento nacionalista

ENQUANTO O POVO VESTE MAL

Acumulam-se nas Fábricas Os Estoques de Tecidos

(Reportagem na página central)

Nacionalismo, Fator de Libertação

(Artigo de CARLOS MARIGHELA na 3a. Página)

Sobre a Trégua Nuclear

E o Desarmamento

DECLARAÇÃO APROVADA NA REUNIÃO DE COLOMBO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

Todos os povos do mundo sofrem os efeitos de uma corrida armamentista que absorve imensos recursos e comporta reais perigos de guerra. A forma mais alarmante dessa corrida é representada pela continuação das explosões experimentais de armas nucleares.

A 2 de abril de 1957, o Conselho Mundial da Paz lançou um apelo pela obtenção de uma trégua em todas as explosões experimentais. A partir dessa época os perigos dessas explosões se tornaram mais conhecidos. Ninguém no mundo pode pretender estar garantido contra os seus efeitos, atuais ou futuros. Um movimento de opinião de um vigor jamais igualado levanta-se em todos os países contra o prosseguimento dessas experiências.

Os ensaios com armas nucleares ameaçam não somente a vida e a saúde dos homens, mas aceleram também a corrida aos armamentos atômicos. Esta conduz à produção e à experimentação de armas cada vez mais terrificantes e conduz os países que possuem a arma atômica a experimentarem engenhos cada vez mais poderosos. Essa corrida incita os países que ainda não possuem tais armas a produzi-las. Aumenta a tensão internacional.

A corrida aos armamentos atômicos se traduz igualmente na conversão das bases militares já existentes em bases atômicas, e na instalação de novas bases em território estrangeiro. Por meio de diversos pactos e tratados os países membros passam a receber armas atômicas designadas como "táticas" para o equipamento de seus exércitos.

A acumulação e a difusão dessas armas reforçam o risco de que qualquer conflito local se transforme em guerra atômica. Essa corrida agrava a tensão, fere a independência de numerosos países. Populações indefesas correm o risco de se tornarem as primeiras vítimas de uma guerra atômica que viesse a ser desencadeada em seu território.

A designação de "armas táticas" não pode ocultar que muitas dessas armas têm um poder destruidor comparável ao da bomba de Hiroshima. O equipamento atômico dos exércitos não poderia, por outro lado, encontrar justificativa em pretensas economias sobre as despesas militares. Imensos recursos que poderiam ser consagrados à utilização pacífica

da energia atômica e ao bem-estar geral, são desviados para a produção de novas armas e equipamentos militares atômicos.

Os povos exigem a cessação das experiências com armas nucleares. Parla-mentos e pe-dem, governos o propõem, entre os quais uma grande potência detentora de armas nucleares. Novas vezes, surgindo dos meios mais autorizados, juntam-se cada dia aos que reclamam tal cessação. Essa proposição é realizável imediatamente pois não implica em nenhuma dificuldade de controle. Por meio de novos esforços os povos podem obter a cessação imediata das explosões experimentais.

A obtenção de uma trégua nas experiências poderá ser o primeiro passo para a cessação da corrida armamentista. Essa trégua seria de tal modo popular que nenhum governo tentaria rompê-la sem incorrer na reprovação mundial. A esperança e a volta à confiança decorrentes dessa medida facilitariam a realização de um acordo pela interdição total de todas as armas atômicas e pelo desarmamento geral.

Na Sub-Comissão de Desarmamento da ONU os diversos pontos de vista se aproximaram. Propostas construtivas foram feitas pelas diversas partes no terreno das armas clássicas e dos meios de controle. Essas propostas mostram que o acordo é possível se houver boa vontade de parte a parte.

O Conselho Mundial da Paz, reunido no continente que foi mais atingido pela devastação atômica, dirige a todos os governos o "apelo de Colombo" pela cessação imediata das explosões experimentais.

O Conselho Mundial da Paz saúda e apóia toda e qualquer ação empreendida por um governo, seja ele qual for, no sentido de chegar a um acordo pela cessação das explosões experimentais.

A opinião pública mundial deve pressionar os governos que hesitam ou que se recusam a enveredar por esse caminho.

O Conselho Mundial da Paz, por seu lado, apoiará qualquer iniciativa nesse sentido.



A Delegação Soviética visita um bairro de Helsinqui em companhia de governantes finlandeses por ocasião de recente conferência entre os dois governos

Contra o Rearmamento Alemão Os Líderes Trabalhistas Inglêses

INCISIVO DISCURSO PRONUNCIADO POR BEVAN NO GRANDE CENTRO INDUSTRIAL DE MANCHESTER

«A unificação da Alemanha tem que ser resolvida sem ruidos de sabres e não deve ser ligada ao problema do desarmamento. O movimento trabalhista não derramará uma só gota de sangue na luta contra a Rússia ou qualquer outra potência para resolver o futuro da Alemanha», declarou num comício em Manchester o líder trabalhista Aneurin Bevan, porta-voz do partido em matéria de política exterior. Afirmou ainda que sempre se opusera ao rearmamento da Alemanha grave ameaça à paz mundial.

Já na última semana o líder parlamentar trabalhista, Gaitskell, havia denunciado as tentativas de subordinar qualquer acordo sobre desarmamento ao problema da unificação da Alemanha.

São da maior importância

tais pronunciamentos dos líderes trabalhistas inglês no momento em que está reunida em Londres a Sub-Comissão do ONU sobre desarmamento. Não só os inglês, mas todos os povos da Europa, que sofreram, em duas guerras mundiais, as consequências da política belicista dos círculos militaristas germânicos, levantam o seu protesto indignado contra o rearmamento da Alemanha Ocidental, o aparelhamento de suas tropas com armas nucleares e a nomeação de antigos chefes militares nazistas, como o general Speidel, para postos de comando na OTAN.

O problema da unificação da Alemanha diz respeito aos próprios alemães, por eles deve ser resolvido através de ne-

gociações entre os dois governos, de Bonn e de Pankov. O rearmamento alemão, o aparelhamento de seus exércitos com armas atômicas, a recusa de negociar com o governo da República Democrática Alemã e a subordinação de qualquer acordo sobre desarmamento à solução do problema da Alemanha, é o caminho trilhado pelos belicistas lanques apoiados no militarismo germânico. Os povos da Europa bem sabem a que conduz este caminho, especialmente os franceses, que levantaram uma vigorosa onda de protestos contra a nomeação de Speidel, e os inglês, cuja opinião se faz sentir agora através dos incisivos pronunciamentos dos líderes do movimento trabalhista.

«GAULEITER AMERICANO» CONTROLA A BOLÍVIA

Em documento de 22 folhas, dirigido ao presidente Suazo o vice-presidente da Bolívia, Chavez Ortiz, renunciou ao seu cargo. O documento constitui um libelo contra a política de submissão ao imperialismo yanque, conduzida pelo governo Suazo, traindo os compromissos assumidos com o povo e os trabalhadores bolivianos.

Já na última semana o Congresso dos Trabalhadores bolivianos decidira, por esmagadora maioria, declarar greve geral contra a política de congelamento de salários, deixando em difícil situação o presidente Suazo.

Em seu pedido de demissão Chavez Ortiz, que é um dos líderes da Central Operária Boliviana, denuncia o completo controle da política econômica e financeira por parte dos imperialistas yanques, através do assessor norte-americano George Jackson Eder, a quem denomina o «gauleiter americano». Sustentando que a revolução boliviana é nacionalista e antiimperialista, orientada em prol da independência econômica e política do país, Chavez Ortiz rompe com o governo e volta a assumir o seu posto de líder sindical dos camponeses: «A eles prestarei o meu concurso porque formam, juntamente com a classe operária, a única parte ainda não violada pela podridão em que se debate a política do país.» Estigmatizando o «assessor» Eder como aventureiro e preposto imperialista declara que «as imundas botas yanques chegam a extremos inauditos. Não posso colaborar com os imperialistas Eder e outros funcionários que nos reduziram ao mais ignominioso estado colonial.» E mais adiante: «Nada tenho a fazer com quem esquece as desgraças da Bolívia entregando-nos ao capital financeiro internacional. Oponho-me à perda da soberania popular com a redução dos poderes do governo unicamente ao campo das representações públicas, enquanto a nossa economia e as nossas finanças são manejadas por interessados como os do Fundo Monetário Internacional e agentes da bolsa de Nova Iorque.»

Os telegramas de La Paz acrescentam que todo o país ficou traumatizado com a renúncia do vice-presidente e que se agravou a crise política decorrente da oposição popular ao esquema de «estabilização» de autoria de Eder e endossado pelo presidente Suazo.



AS NEGOCIAÇÕES SOBRE O DESARMAMENTO E AS VIOLAÇÕES DO ARMISTÍCIO NA CORÉIA

As negociações sobre o desarmamento, na Sub-Comissão da ONU ora reunida em Londres, chegam a uma etapa decisiva. Sucodem-se as conversações entre os delegados das potências ocidentais, com a participação até do ministro do Exterior britânico, Selwyn Lloyd, para estudo das propostas norte-americanas já anunciadas pelo delegado Harold Stassen.

As sérias, simples e concretas propostas soviéticas não deixam margem a manobras e tergiversações. A proposta de suspensão das provas nucleares, sobretudo, que expressa o crescente clamor universal contra os perigos que tais experiências representam para a humanidade, não poderá ser facilmente repelida ou contestada. A opinião pública nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e França e o movimento vigoroso de inúmeros povos, especialmente dos asiáticos, terão de ser levados em conta pelos governos ocidentais.

Existem, já, indícios de que é possível um primeiro passo, nesta região de Londres, no sentido do alívio da tensão internacional. O presidente Eisenhower fez declarações favoráveis à suspensão das experiências nucleares, condicionando-a a um acordo sobre o controle rigoroso de tal medida. O Sub-Secretário Christian Herter, numa entrevista pela televisão, declarou que a conferência de Londres «é mais animadora que qualquer outra já realizada no passado». Disse ainda: «Parece que os sussos estão dispostos a aceder a um sistema de inspeção que nós poderemos achar satisfatório. E se isto ocorrer creio que significará um verdadeiro progresso.»

Outros fatos, entretanto, revelam os propósitos sinistros de certos círculos belicistas yanques, que tudo fazem para criar obstáculos a essa tendência geral para o alívio da tensão internacional. O comando yanque violou brutal-

mente o armistício que tão penosamente foi negociado para pôr fim às hostilidades na Coréia. Contrariamente à cláusula que proíbe qualquer aumento do poderio militar de ambas as partes beligerantes, o chamado comando aliado resolveu prover as suas forças de armas atômicas e de novas unidades de aviões a jato. Os delegados norte-coreanos à comissão de armistício protestaram formalmente contra a violação e despachos de Pequim caracterizam-na como séria tentativa de agravamento da tensão no extremo oriente.

É significativo que tão inesperada quanto audaciosa violação do armistício na Coréia ocorra precisamente quando a Inglaterra e o Japão resolvem intensificar o seu comércio com a China Popular, repelindo o embargo que fora estabelecido pelos Estados Unidos, e ainda no momento em que a revolta do povo de Taipei deixa evidente o fracasso da política yanque no extremo oriente. Ante as sucessivas declarações de vários governos de que intensificarão o comércio com a China Popular e sob a pressão dos próprios industriais e exportadores norte-americanos, — que não estão dispostos a deixar aos seus concorrentes inglês e japoneses um tão vasto mercado, — os círculos belicistas que controlam o Departamento de Estado procuram reacender o foco de guerra da Coréia e criar nova tensão no extremo oriente.

Contra tais provocações dos círculos belicistas yanques ergue-se o potente movimento de todos os povos cujas manifestações mais recentes culminaram na expressiva reunião de Colombo, em que novas forças se juntaram às campanhas do Conselho Mundial da Paz pelo alívio da tensão internacional e pela cessação das provas nucleares.

Lançado em Praça Pública o Movimento Nacionalista

Tomou grande impulso, nesta última semana o movimento nacionalista, que se estende hoje através de todos os Estados do Brasil, e passa a desempenhar um papel cada vez mais importante na vida política nacional. Sul-

gem novas organizações, em vários Estados e municípios, que se propõem a lutar também, como as demais, por um programa nacionalista, em defesa das riquezas nacionais e contra a subordinação de nosso país a influências estrangeiras.

ERGUE-SE NO RIO UMA TORRE DE DEZ METROS

Por iniciativa do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), e sob patrocínio da UNE, foi instalada no dia 24 do corrente, uma torre de petróleo, de dez metros de altura, em pleno centro da Capital da República. Diante de considerável massa popular os oradores assinalaram o vigor e a invencibilidade do movimento. Falaram os presidentes da UNE, da

UME e da AMES, um representante do Clube Militar e o deputado Marcos Parente, ude-nista do Piauí, membro da Frente Parlamentar Nacionalista.

Aplaudido com entusiasmo, afirmou o major Vieira Lima, em nome do Clube Militar: «Esta torre não simboliza apenas o desfecho de uma luta

tenaz entre as aspirações populares e os interesses antinacionais. É também o marco de uma tomada de posição que, de certo, será irradiada por todos os centros estudantis do Brasil. É também a afirmação de uma consciência em torno de problemas cuja solução somente a nós, brasileiros, compete de liberar».

PREPARA-SE A 1ª CONVENÇÃO DO MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO

Na sede da União Nacional dos Estudantes, nova e importante reunião realizou-se com a presença de representantes do Clube Militar, Confederação Nacional da Indústria e numerosas entidades estudantis e sindicais, bem como deputados da Frente Parlamentar Nacionalista. Dezenas de sindicatos operários manifestaram sua solidariedade ao Movimento

Nacionalista em formação, passando a participar da Comissão Organizadora, como colaboradores, os seus representantes. Está em debates a realização de uma «Semana Nacionalista», no Distrito Federal, possivelmente em novembro próximo, que deverá culminar com a realização de uma Grande Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro. Essa

convenção deverá reunir, no Rio de Janeiro, representantes de todas as frentes, núcleos e movimentos existentes em todo o país.

Ficou decidida a realização de uma série de palestras preparatórias, a iniciar-se com uma conferência do professor Guerreiro Ramos sobre «Operários e estudantes na batalha do desenvolvimento».

CRIADA A FRENTE NACIONALISTA DO CEARÁ

Assinada por 16 vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, acaba de ser divulgada uma Declaração, através da

qual ficou constituída uma Frente Parlamentar Nacionalista dentro daquela assembleia legislativa. Seu objetivo é tra-

var combate contra os interesses imperialistas que visam o nosso desenvolvimento econômico e cultural.

Naquele documento, dizem os vereadores: «Ao tornarmos pública esta nossa decisão, reafirmamos mais uma vez nosso firme propósito de continuar envidando o melhor dos nossos

esforços, de nossa inteligência, em defesa da soberania nacional, de nossa riquezas naturais, do monopólio estatal do petróleo através da Petrobrás, pela revisão de todos os acordos le-

stivos aos interesses nacionais firmados pelo governo brasileiro com outras nações, contra a instalação de bases militares e permanência de soldados estrangeiros em solo nacional».

NACIONALISTA DO PARANÁ EM PREPARATIVOS A FRENTE

Durante a realização de uma entusiástica conferência do deputado federal Frota Moreira, na Faculdade de Direito de Curitiba, foi proposta a criação da Frente Nacionalista do Pa-

rá. Na mesma ocasião, foram indicados alguns nomes para integrar a comissão organizadora, entre os quais estão deputados do PTB, líderes sindicais e estudantis.

A Comissão Provisória deverá reunir-se dentro de poucos dias, para elaborar um programa nacionalista, que deverá ser amplamente divulgado entre todo o povo paranaense.

Nacionalismo, Fator de Libertação

CARLOS MARIGHELLA

O nacionalismo brasileiro é a expressão do patriotismo do nosso povo, reflexo dos seus sentimentos e aspirações à liberdade e à abolição do domínio imperialista sobre o país. Ele é o resultado de condições históricas determinadas, que lhe dão forma e configuram seus elementos essenciais.

Uma vez que o desenvolvimento econômico independente do Brasil é tolhido, em virtude da ação refratadora e asfixiante do imperialismo norte-americano, o conteúdo do nacionalismo brasileiro é nitidamente antiimperialista.

Há países em que o nacionalismo tem significação diversa, variando do fascismo ao chovinismo aberto. Não é o caso do nacionalismo brasileiro, que jamais poderá ser identificado com o nacionalismo dos «Camelots du Roi», da «Action Française» ou de Chiang Kai Chek, marcados pela traição ao povo.

O nacionalismo brasileiro é o oposto da tendência às concessões aos imperialistas, concessões sempre prejudiciais aos interesses da nação brasileira.

Quando se entrega aos Estados Unidos a Ilha de Fernando de Noronha, alienando uma parcela do território pátrio, é o nacionalismo brasileiro que se ergue como uma barreira na preservação de nossa soberania. A defesa da Petrobrás, dos minérios atômicos ou da indústria nacional, o esforço pela industrialização do país, a luta pelo desenvolvimento independente da economia nacional, são aspectos concretos do nacionalismo brasileiro.

No conjunto destes problemas que dizem de perto com a causa da independência e do progresso da nossa pátria, não se pode deixar de ver a intensidade e a complexidade das contradições que atuam no país. O que em tudo isso se destaca, porém, é a evidência da contradição dominante, relevada no antagonismo entre o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, de um lado e, de outro lado, a maioria da nação. Esta contradição condiciona o desenvolvimento cada vez maior do nacionalismo brasileiro, a sua contagiante influência sobre todos os setores e camadas da população brasileira.

Os partidos políticos, o parlamento, as forças armadas, o aparelho judiciário do Estado, mesmo setores governamentais, são atingidos pelos efeitos do nacionalismo. Ao seu influxo surgem alas nos partidos políticos, dividem-se as forças políticas da nação. A tendência é para a polarização dessas forças, para o agrupamento, num polo, daqueles que propugnam pelos interesses da nação e, em outro, da minoria que os contradita.

O nacionalismo brasileiro é o herdeiro das tradições patrióticas de nosso povo, onde sobressaem um Camarão, um Henrique Dias ou um Luís Barbalho, de quem dizia o historiador Handelmannduzira as tropas brasileiras por entre os invasores holandeses numa «retirada como há poucas iguais na história das guerras». O nacionalismo brasileiro é o prolongamento no espaço e no tempo das idéias e ações que presidiram aos episódios marcantes da história da luta pela nossa libertação e salvaguarda de nossa soberania. É impossível compreendê-lo sem levar em conta antecedentes como a expulsão dos holandeses e franceses, a guerra dos emboabas e a dos mascates, a revolta de 1720, a Inconfidência Mineira e as lutas da Independência, bem como a atitude de Floriano ameaçando receber à bala o desembarque de tropas estrangeiras no país.

Os comunistas estão entre os pioneiros do nacionalismo brasileiro e das lutas patrióticas de nosso povo. O Partido Comunista do Brasil foi em 1937 o incentivador da siderurgia, pela qual batalhou ao lado de um destacado representante da burguesia nacional, o engenheiro Raul Ribeiro. O Partido Comunista do Brasil

é um dos organizadores da luta de massa em defesa do petróleo. Os comunistas enfrentavam com o povo na rua as balas da polícia quando falar em petróleo era expor-se às iras da reação. Pioneiros da descoberta de petróleo, como Oscar Cordeiro, Monteiro Lobato e outros, sempre encontraram firme apoio nos comunistas. Ao contrário do que pretendem insinuar alguns, a contribuição dos comunistas foi decisiva no Parlamento para dar à legislação da Petrobrás um caráter nitidamente nacionalista.

Carece de qualquer fundamento a acusação que se faz de incompatibilidade entre o Partido Comunista do Brasil e o nacionalismo brasileiro. Para desfazer essa invenção basta lembrar o trabalho de Lênin «A propósito das nacionalidades ou da autonomia» (ver «Cahiers du Communisme», n° 8-9, de agosto-setembro de 1956, pg. 949), em que ele diz:

«Colocar a questão do nacionalismo em geral não vale absolutamente nada. É preciso distinguir o nacionalismo da nação opressora do nacionalismo da nação oprimida, o nacionalismo da grande nação do nacionalismo da pequena».

É o nacionalismo da nação oprimida que vemos no nacionalismo brasileiro e por isso com ele nos identificamos. Como partido da classe operária, encarnamos as aspirações de nosso proletariado, que se confundem com as aspirações da nação brasileira e se identificam simultaneamente com os interesses do proletariado em todo o mundo. Eis porque não podemos separar o internacionalismo proletário do patriotismo. Não desejamos para outros povos o que não queremos praticado contra o nosso. Repelimos o nacionalismo da nação opressora, o nacionalismo daqueles que objetivam impor sua dominação aos outros povos. Estamos com o nacionalismo da nação oprimida, que só almeja libertar-se e não aspira a dominar ninguém. O internacionalismo proletário não está e jamais esteve em contradição com o patriotismo. Um e outro, completam, são o verso e o reverso da mesma moeda.

Igualmente destituído de fundamento é o suposto antagonismo entre o nacionalismo brasileiro e a livre iniciativa. Como um fenômeno objetivo, o nacionalismo brasileiro opõe-se fundamentalmente ao imperialismo norte-americano, cujos capitais e empresas, acordos e tratados concluídos com o Brasil entravam o desenvolvimento independente do país e ameaçam sua soberania. Contraopondo-se ao imperialismo norte-americano, o nacionalismo brasileiro preservou o nosso petróleo com o monopólio estatal, não por ser sempre e rigorosamente contra a livre iniciativa, mas por ser aquele o melhor meio de defendê-lo da cuba dos trustes.

Quanto ao apoio dos comunistas ao nacionalismo brasileiro, não há nada a temer. Os comunistas são pela liberdade de iniciativa para os industriais e para o comércio interno, com a garantia dos interesses da economia nacional e do bem-estar do povo. Não se propõem a tocar nas bases econômicas da burguesia brasileira nem pretendem, na etapa histórica de luta pela libertação do jugo do imperialismo norte-americano e das sobrevivências feudais, reatar a socialização dos meios de produção.

O nacionalismo brasileiro é um fator da luta emancipadora de nosso povo. Ele constitui o importante fator nacional que sempre existiu nos países coloniais e dependentes e que o Brasil não pode ser menosprezado. É em atenção a este fator que precisamos trabalhar com redobrada energia contra a entrega da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos e simultaneamente apoiar e estimular o crescente movimento nacionalista no país.

Comentário Político

“Liberdade de Iniciativa” Para os Monopólios Ianques

Desde que o grupo Rockefeller adquiriu o «Jornal do Comércio», através do financiamento do Banco Moreira Salles, foi iniciada a campanha «em defesa da iniciativa privada», contra o «estatismo», ou seja, a intervenção estatal no campo dos empreendimentos econômicos. Os principais jornais entreguistas, principalmente o «Correio da Manhã» e o «O Jornal», seguiram imediatamente a nova orientação da «Standard Oil» e uma verdadeira enxurrada de editoriais, comentários econômicos e políticos, entrevistas, etc., passou a atacar as empresas estatais e a clamar contra o clima desfavorável ao livre empreendimento.

É claro que ao atacar as empresas estatais o que está em causa é a Petrobrás. Ao pugnar pelo livre empreendimento, o que defendem é a liberdade de iniciativa para os monopólios ianques, e, em primeiro lugar, a entrega a estes da nossa indústria do petróleo. A não ser na indústria do petróleo não existe qualquer limitação à iniciativa privada industrial em nosso país. Excetuada a exportação de minérios atômicos, não há qualquer restrição à iniciativa comercial particular.

A realidade de nossa atividade econômica é caracterizada, precisamente, pelo saque do produto do trabalho e das riquezas nacionais por parte dos monopolistas norte-americanos, favorecido por uma política de submissão e entreguismo, em detrimento da indústria nacional. Dez firmas americanas controlam 60% da nossa exportação de café. A Bond & Share e a Light controlam quase toda a produção de energia elétrica. Os frigoríficos anglo-americanos têm o monopólio da carne. A Anderson Clayton e a Sanbra detêm o do algodão. A indústria de calçados depende do odioso truste das máquinas ianques de aluguel. O manganês que ainda nos resta está sendo carreado, a preço de custo de mão de obra pela «Bethlehem Steels». O grupo Rockefeller, patrocinador da campanha da «livre iniciativa», abocanhou o comércio de gasolina.

Seria longo enumerar todas as atividades praticamente monopolistas exercidas pelos trustes e cartéis ianques.

Quer a imprensa amarela, da Standard e

da embaixada, iniciativa mais livre, clima mais favorável ao empreendimento privado? Só falta então revogar a lei da Petrobrás e a dos minérios atômicos.

No curso da campanha, depois de editados e editorializados profusamente os João Naves, Lucas Lopes, Gudins, Otton Maders, Chatsó, Santiagos & Company, obteve o «Correio» um apoio menos gasto. O sr. Jânio Quadros, cuja atuação no caso da energia elétrica já revelara uma completa conformidade com o esquema atual da Light e da Bond & Share (instalações de usinas por conta do Estado e exploração das linhas para a «livre iniciativa» dos trustes), veio a público e tirou a máscara. Mostrou que não foi por acaso, ou contingência política, que lançou o teórico do entreguismo, Juarez Távora, como candidato às últimas eleições presidenciais. Revelou ainda que não por acaso já foi, por sua vez, lançado pelo general da «renovação» como candidato às próximas eleições.

O Sr. Jânio Quadros, depois de dizer que o Estado é mau patrão e mau administrador, adotou precisamente a posição do general Távora: marcou prazo à Petrobrás. «Em breve teremos de examinar bem de frente a questão do combustível. Cada ano que se passa as importações de petróleo se vão transformando numa sangria tão grande que não sei até quando aguentaremos a pressão.»

Temos, assim, mais um que parece disposto a enfrentar com Juarez, como este mesmo já previu, as pedradas do povo nas ruas, em campanha contra a Petrobrás. Mas é pouco provável que eles saiam às ruas. A campanha prosseguirá nos jornais da «sadia» e através de todo o tipo de pressão e chantagem política e financeira, dirigida pelo Departamento de Estado norte-americano. Ante o desenvolvimento e unificação das lutas patrióticas, em todo o país, no movimento nacionalista que se fortalece de norte a sul, podemos dizer, sem medo de errar, que serão alvo da indignação e até das pedradas do povo quaisquer políticos que ousarem levar para a praça pública a campanha entreguista dos jornais alugados a Rockefeller e à embaixada ianque.

Entrevista de Kruschiov à Televisão Norte-Americana

A UNIÃO SOVIÉTICA DESEJA COOPERAÇÃO E AMIZADE COM O POVO DOS ESTADOS UNIDOS — REALIZADAS REDUÇÕES SENSÍVEIS NAS FORÇAS ARMADAS DA URSS — RETIRADA DAS TROPAS COMO PASSO PARA UM ENTENDIMENTO

(conclusão do nº anterior)

SCHORR — Sr. Khruschiov, permiti-me voltar à vossa observação de que o governo e o povo são inseparáveis. Isso faz lembrar-me da recente declaração de Pequim que, me parece, foi também publicada na «Pravda», afirmando que no Estado socialista podem existir contradições entre as massas e os dirigentes. Ao reproduzirem essa idéia na «Pravda» não estão os comunistas soviéticos aceitando-a? E qual será a significação dela para a União Soviética?

KHRUSCHIOV — Todo país, seja socialista ou capitalista, tem o seu desenvolvimento e as suas etapas no desenvolvimento. Nós existimos há já quarenta anos; a República Popular da China existe há 8 anos. Por isso, aquilo que foi para nós necessário em seu tempo não deve ser obrigatoriamente repetido por outros países socialistas.

Cada povo tem sua própria história, seus costumes, e os partidos e governos comunistas devem considerar isso e levá-lo em conta. Nossos amigos chineses apresentam muitas idéias originais no curso da construção socialista. Algumas dessas idéias são novas, levando em consideração o que a China tem de específico, o que consideramos inteiramente normal, nem isso contradiz, seja em que medida for, o marxismo-leninismo. Por isso reproduzimos em nossa imprensa muitas dessas idéias e, em essência, as apoiamos. Repito: cada país parte de suas condições próprias; realiza dentro de sua casa aquilo que lhe convém. Isso não intrinseca nem contradiz de modo algum os nossos pontos-de-vista gerais marxistas-leninistas.

CUTLER — Sr. Khruschiov, recentemente dissestes que os Estados Unidos sem dúvida alguma preparam uma guerra contra a União Soviética. Essa convicção é efetivamente o fundamento da política da União Soviética?

KHRUSCHIOV — Essa opinião não é minha. Eu falei somente sobre o que dizem as vossas personalidades políticas, os vossos generais, os chefes militares e almirantes. Deus é quem sabe quantos discursos se pronunciam em vosso país e nesses discursos se demonstra como os EE. UU. em poucas horas podem aniquilar a União Soviética. Nós, ao contrário, não nos ocupamos desse assunto, as nossas personalidades políticas não fazem discursos com demonstrações de como aniquilaríamos os Estados Unidos da América. Isso é uma tolice, em nosso país isso é até proibido por lei.

SCHORR — Lembra-me então de que o Marechal Jukov disse algo semelhante.

KHRUSCHIOV — Lembrai então o que disse o Marechal Jukov! Penso que Jukov não disse isso. Dizei: quando e onde Jukov disse algo semelhante, quando disse que aniquilaríamos a América? Nós temos dito o seguinte, e isso não nego: se as personalidades militares e certas personalidades políticas dos EE. UU. dizem que podem aniquilar a União Soviética, se agora a técnica permite aniquilar qualquer país, então aquele país que desejam aniquilar pode também, evidentemente, aniquilar qualquer outro país. A esse respeito não temos a menor dúvida em nossas forças. Mas se alguém quisesse aniquilar outro país, — e eu chamaria essa pessoa de louca, — então essa política provocaria uma grande catástrofe, isso seria uma grande calamidade para a humanidade.

Alguns me acusam como se eu tivesse agora mudado de ponto-de-vista, porque uma vez eu disse que, se houver uma guerra atômica, nessa guerra sucumbirá o capitalismo. Isso eu repito também agora. Mas, em nossa opinião, o capitalismo deve ser aniquilado não por meio de guerra e dos conflitos armados, mas através da luta na frente ideológica, na frente econômica. E consideramos que o capitalismo será vencido não apenas pelas forças da União Soviética. Contra o capitalismo, nos Estados Unidos da América, lutará a classe operária da América.

DESEJARIAMOS VIVER SEM GUERRA, EM PAZ

CUTLER — Sr. Khruschiov, acabastes de dizer que uma guerra futura aniquilaria o capitalismo. E não considerais que uma guerra futura aniquilaria também o comunismo?

KHRUSCHIOV — Não, não destruiria. Ela traria grandes calamidades a toda a humanidade, muitas perdas humanas, a destruição de riquezas, mas a humanidade, apesar de tudo, não morreria. Uma vez que a humanidade viva, então viverão também as idéias com as quais vive o homem, e as idéias do marxismo-leninismo são imortais. Por isso a humanidade se livraria do capitalismo. Mas a guerra custa um preço tal que não se deve recorrer a esse meio. Isso seria pernicioso tanto para os países socialistas como para os capitalistas. Por isso nos é necessário viver no mesmo planeta.

A vós agradam as formas capitalistas, a nós as socialistas: travemos a luta ideológica, tenhamos divergências, vamos competir nas questões econômicas. Mas devemos viver juntos. Nós desejariamos viver sem guerras, em paz. Consideramos que poderíamos ter relações amistosas, poderíamos ser amigos, na medida em que isso é possível, havendo divergências ideológicas. E isso é possível. Temos muitas questões que nos unem e nós com muito prazer cooperariamos com os povos dos Estados Unidos da América.

SCHORR — Há uma coisa, Sr. Khruschiov, que não posso de modo algum compreender: como podeis falar de coexistência com um país, se de fato considerais que esse país planeja a guerra contra a União Soviética?

KHRUSCHIOV — E que faremos? Nós desejariamos que não planejassem a guerra, mas planejam. Nós levamos isso em conta. Mas sabeis que essa guerra pode custar caro e que os planos militares dos generais americanos não podem ser realizados. Se manifestássemos também o desejo de viver em paz, como nós manifestamos, então livrariamos o nosso povo de impostos, de despesas superfluas com armamentos, não ocupariamos força de trabalho com a produção daquilo que não é necessário para a vida do homem. Disso somente resultariam benefícios para os povos da América, da União Soviética, para todos os povos do mundo.

Nós queremos muita paz e amizade com o povo americano. Queremos amizade não para que as nossas duas fortes potências se unissem contra os fracos, queremos amizade porque, se tivéssemos relações boas, amistosas, com os Estados Unidos, com isso lucrariam também os povos de todos os outros

países. Penso que o Luxemburgo não nos ameaçaria. A amizade entre os nossos Estados é útil também para todos os povos.

A esse respeito desejava muito dizer-vos que, de vossa parte, através do vosso aparelhamento e da vossa técnica, podeis transmitir ao vosso povo esse nosso anelo íntimo — viver em amizade com os Estados Unidos da América.

A URSS DÁ PASSOS EFETIVOS PARA O DESARMAMENTO

SCHORR — Permitti-me ligar isso a um problema concreto, ao problema do desarmamento. Os Estados Unidos voltaram, nas conversações reiniciadas em Londres sobre o desarmamento à proposta sobre o chamado pequeno passo limitado para o desarmamento. Sabemos que a União Soviética tendeu mais para a proibição completa e imediata tanto das experiências das bombas atômicas e de hidrogênio como das próprias armas nucleares, mas a questão do controle tornou tudo extremamente difícil. Vêdes qualquer esperança de obtenção de um acôrdo, à base do ponto-de-vista americano atual — o de um pequeno passo preliminar?

KHRUSCHIOV — Não são do meu conhecimento ainda quais os passos que pensam dar os Estados Unidos, pois o Sr. Stassen ainda não expôs as suas condições. Mas estamos prontos a contentar-nos com uma solução universal não em bloco da questão do desarmamento. Concordamos em começar pelo pequeno, para chegar ao grande. Com tais objetivos realizamos uma redução unilateral das forças armadas: reduzimos em 1.800.000 homens o efetivo das nossas forças armadas. Reduzimos em mais de 30.000 homens as nossas forças armadas na Alemanha Oriental. Retiramos-nos da fortaleza que ocupávamos segundo acôrdo com a Finlândia. Fizemos muito para conseguir a compreensão mútua e chegar ao acôrdo com outros países, sobre o desarmamento. Mas até agora nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra, nem a França responderam a isso com reciprocidade, o que muito lamentamos.

CUTLER — Depois da redução de vossas forças armadas em 1.800.000 homens, quantos homens ficaram nas forças armadas soviéticas?

KHRUSCHIOV — Não sabia que iríeis fazer esta pergunta. No programa que apresentastes, ela não figurava, por isso eu não perguntei ao nosso Ministro da Defesa qual o efetivo de suas tropas e para mim é difícil apresentar as cifras exatas. E dar cifras inexatas a tão sólidos representantes, que representam tão grande potência, isso não desejaria. Mas estamos sempre prontos a responder a esta pergunta.

SCHORR — Permitti-me, em ligação com o problema do desarmamento, fazer-vos uma pergunta que durante muito tempo tem despertado a minha estranheza.

A posição soviética na discussão sobre as experiências de bombas atômicas consiste em que todas as explosões atômicas e de hidrogênio podem ser reveladas. Sendo esta a posição da União Soviética, por que então o governo soviético não preveniu antes e mesmo não informou depois a respeito das cinco últimas experiências realizadas em vosso país?

KHRUSCHIOV — E em que isso seria útil à humanidade? Em nada. Que significação teria isso? Se se realizou a explosão, então houve também a contaminação do ar. A situação para o homem não será melhor, se eu lhe disser com antecedência que vou explodir uma bomba e contaminar o ar e que, como consequência disso, a sua saúde vai piorar. Considero a questão da declaração das explosões como uma questão especulativa.

Nós apresentamos uma questão fundamental: cessemos a realização de explosões. Aquêles que se manifestam pela declaração das explosões fazem-no não porque sejam gente assim tão boa, e as notícias com antecedência porque o seu próprio território não permite realizar essas explosões e devem explodir suas bombas em pequenas ilhas espalhadas nas vastidões internacionais. Eles não podem realizar explosões sem aviso prévio, pois por ali podem estar passando navios neutros ou aviões. Se não fizerem assim, haverá o maior escândalo. Se os EE. UU. dispuzessem de território que lhes permitisse realizar explosões sem aviso prévio, assim o fariam. E agora algumas pessoas querem fugir à resposta direta da questão da proibição da arma atômica e de hidrogênio e da cessação das explosões. Querem discutir, vejam só sobre a necessidade de prevenir quando este ou aquele país se prepara para fazer uma explosão. Isso é uma discussão vazia, e a atearam para desviar a atenção dos homens e com isso levá-los a um caminho falso. Por isso dizemos: cessemos as explosões, cessemos as experiências, proibamos a arma atômica e de hidrogênio, reduzamos as forças armadas e depois então pasemos ao desarmamento completo. Eis o nosso programa; começemos ainda que seja com o pequeno, mas comecemos. Por enquanto, porém, o que há são apenas conversações e jôgo com discussões verbais.

SCHORR — Agora não temos tempo para uma discussão prolongada como eu gostaria de ter sobre essa questão, mas permiti-me lembrar-vos apenas um pequeno fato: as experiências com armas atômicas no continente americano, nos Estados Unidos, foram noticiadas, inclusive também as que se realizaram no Estado de Nevada.

RETIRADA DAS TROPAS COMO PASSO IMEDIATO

NOVINS — Sr. Khruschiov, permiti-me passar a um terreno ligado com o que tratamos até agora, isto é, à questão da Europa Ocidental. Como sabeis, Sr., foram apresentadas diferentes propostas sobre a garantia de determinadas condições, dentro das quais as forças armadas seriam retiradas, e essas questões também se referem à reunificação da Alemanha.

Eu desejaria perguntar-vos quais são, na opinião do governo soviético, as condições em que a União Soviética se sentiria em suficiente segurança para retirar suas tropas armadas dos países em que atualmente se encontram.

KHRUSCHIOV — Eu desejaria responder ao Sr. Schorr, que levantou a questão da declaração. Já expliquei que fostes obrigados à declaração porque o vosso território não é bastante

extenso para que pudéssemos nele realizar as explosões sem aviso prévio. Agis assim partindo de vossa situação geográfica, que não permite realizar explosões sem aviso prévio e, com isso, apresentai-vos como gente de boa vontade. Isso não é correto. Induzis em erro tanto ao vosso povo como também a outros povos. Façamos sobre esta questão uma discussão e uma política honestas. Isso será mais útil.

Agora, a respeito de nossa segurança. A opinião de que tememos seja o que for, não cabe quanto a nós. Nada tememos. Não queremos a guerra, mas, como se diz, não podemos resolver sobre isso sozinho. Se a guerra nos for imposta, então o nosso povo se baterá com uma dedicação e um entusiasmo grandiosos, defenderá resolutamente a sua Pátria.

Para não permitir a guerra quais os passos que devem ser empreendidos? Por que, no que toca aos Estados Unidos e outros países, não retirar suas tropas da Alemanha Ocidental, dos países ocidentais, isto é, da França, da Itália, da Turquia, da Grécia, eu nem sei onde existem ainda tropas vossas? Nós retirariamos as nossas tropas da Alemanha Oriental, da Polónia, da Hungria e da Rumânia. Em outros países, não temos tropas seja onde for. Isso seria muito útil e constituiria o primeiro passo para a comprovação de boas relações e para o estabelecimento de uma atmosfera boa, que não daria margem à guerra. Isso proporcionaria boas relações pacíficas, que poderiam constituir-se entre nossos países. Sobre isso temos falado, repetimo-lo, e estamos dispostos a fazer tudo o que é necessário.

SCHORR — Isso seria incluído no sistema de inspeção aérea para o controle do cumprimento desse acôrdo?

KHRUSCHIOV — Esta é outra questão. Retiraremos nossas tropas dos países estrangeiros, mas quanto à inspeção... Como inspecionar países estrangeiros? Tendes o desejo de dar uma olhadela no quarto do vizinho, quando este abre a cortina. Achamos que isso não é decente. Mas se sois dados a isso, conversemos: concordaremos com isso, mas sob determinadas condições recíprocas. Essas condições foram expostas pelo camarada Zorin em Londres. Os Estados Unidos prometeram dar-nos uma resposta. Estamos esperando por ela. Se ela será aceitável por nosso país, isso para mim é agora difícil de dizer.

NOVINS — Senhor Khruschiov, quando falais da retirada das tropas americanas da Europa Ocidental, falais de uma retirada numa distância de mais de 3.000 milhas. Quando falais da retirada das tropas russas da Europa Oriental, isso significa uma retirada numa distância que pode ser coberta em 2 horas.

Como homem realista, não considerais que aqui poderiam esperar-se certas garantias para assegurar a confiança mútua? Que é que a Rússia está pronta a fazer?

KHRUSCHIOV — Não utilizais a aritmética de maneira suficientemente correta quando medis a distância no que se refere à retirada das tropas. A vossa retirada é uma distância inferior à nossa. A Inglaterra, por exemplo, está situada logo do lado de lá da Mancha; os Estados Unidos da América, do outro lado do oceano. Para mim é difícil dizer quanto tempo leva um navio dos Estados Unidos até à Alemanha ou até à França; mas avaliais quanto tempo levará um trem com tropas nossas, por exemplo, desde Irkutsk ou desde Vladivostok? A distância que nos toca cobrir é maior que a vossa.

Além disso, quando se trata de desarmamento, confiamos um no outro e não olhamos um para o outro como dois piratas. Tratemo-nos no nível de homens honestos, e daremos nossa palavra, assim como a possibilidade de controlar o seu cumprimento. Estabeleçamos postos em determinados lugares, a fim de que não haja agressão de surpresa por parte de um lado ou de outro. Essas condições que propomos são suficientes para garantir o controle e excluir a agressão de surpresa de um país contra o outro.

CUTLER — Senhor Khruschiov, não temeis que, com a retirada de vossas tropas de alguns Estados da Europa Oriental, nem todos esses países permaneçam comunistas?

KHRUSCHIOV — Isso é um boato, do qual, segundo parece, estais contagiados. Pensais que o regime comunista nesse ou naquele país pode manter-se graças a nossas forças armadas. Eu não lutaria por esse regime comunista. O regime comunista deve basear-se na vontade do povo e se este não quiser esse regime, que estabeleça o regime que desejar. Por isso retiraremos sem receio nossas tropas de todos os países onde se encontram — da Polónia, da Hungria, da Rumânia, retirá-las-emos sem receio da Alemanha Oriental, e estamos convencidos de que os povos desses países darão ainda melhor o seu regime.

O POVO APOIA OS REGIMES SOCIALISTAS

SCHORR — Senhor Khruschiov, estais convencido de que em cada país que atualmente tem o regime comunista este regime repousa na vontade do povo?

KHRUSCHIOV — Sem dúvida nenhuma. Como poderia ser de outro modo? Vêde por que meios Tchiang Kai-Shek mantém em suas mãos o povo chinês em Taiwan. Os americanos gastaram 6 bilhões de dólares com Tchiang Kai-Shek para mantê-lo no continente. Mas que aconteceu? Todo o armamento que Tchiang Kai-Shek recebeu dos americanos, foi parar na China de Mao Tse Tung. Quem fez isso? Quem fez isso foi o povo, pois o regime de Tchiang Kai-Shek não correspondia às aspirações do povo chinês e esse regime sucumbiu.

Lembrai-vos do regime que havia na Rússia czarista? Enforcavam os revolucionários. Mas que aconteceu? O povo sublevou-se e estabeleceu o seu regime. Depois da Revolução de Outubro, quase todos se puseram em guerra contra nós. Também vós, americanos, combatestes contra nós. Não é verdade que combatestes contra nós? E também os ingleses, e os franceses... quem será que não lutou contra nós! Mas que aconteceu? O povo repeliu todos os intervencionistas e assegurou a consolidação do regime soviético. Isso significa que o nosso regime responde aos interesses vitais do povo e que o povo trabalhador luta por ele.

Lembrai-vos de que em 1942 os alemães chegaram até ao Volga e pensavam que o povo se levantaria e os ajudaria

(concluída na 11ª pág.)

O Ponto de Vista Marxista Sobre o Humanismo

Ao lado das tentativas de distorcer o caráter do período precedente de desenvolvimento do socialismo, vem sendo propagada ultimamente a necessidade de renovar certos aspectos do marxismo-leninismo do ponto-de-vista dos princípios gerais do humanismo. Em realidade, por trás disto se encontra oculto o revisionismo.

Vivemos nas condições da luta de classes mais aguda entre o proletariado revolucionário e a burguesia imperialista, entre as forças do progresso e da reação. Em tal ambiente não há e não pode haver nenhuma «idéia geral» de amor à humanidade, justiça e humanismo, igualmente aceitável para o proletariado e a burguesia; pois o que é bom para a burguesia é, via de regra, mau para o proletariado, para os trabalhadores.

O humanismo pequeno-burguês, em seu palavreado sobre a justiça, a moralidade e o humanitarismo, parte do conceito abstrato do homem, do homem em geral, privado de suas qualidades históricas concretas, de seus interesses de classe. Mas tal homem não existe na natureza.

O marxismo-leninismo é, por princípio, contra tal humanismo pequeno-burguês, que se exhibe sob a palavra de ordem de defesa do homem abstrato e do humanitarismo em geral. Isto é um completo engodo para iludir os operários e camponeses em benefício dos capitalistas e latifundiários. Tal humanismo se revela inevitavelmente uma teoria que, com nome de justiça, defende em realidade a exploração capitalista — é um «humanismo» para os exploradores.

O conceito marxista da essência do homem

Todas estas conhecidas teses do marxismo devem ser repetidas porque hoje em dia há pessoas que se chamam marxistas e que, a pretexto de «humanizar» o marxismo, pregam a capitulação das posições de classe do proletariado e tentam substituir o comunismo científico por uma espécie de «comunismo humanitário». Sejam quais fo-

RESUMO DE UM ARTIGO PUBLICADO EM «KOMUNIST», REVISTA DO P. C. DA UNIÃO SOVIÉTICA

rem seus motivos subjetivos, eles pregam idéias de caráter objetivamente revisionistas.

A fonte teórica deste revisionismo está na ruptura com o materialismo histórico e seu conceito materialista-dialético da essência do homem, na passagem à posição idealista de falar sobre o homem em geral. Isto conduz inevitavelmente a um afastamento das posições de classe do proletariado.

Como se sabe, Karl Marx, evoluindo de um ponto de vista democrático revolucionário para o comunismo científico, chegou à conclusão importantíssima de que «a essência do homem não é algo abstrato e inerente ao indivíduo. Em sua realidade esta essência do homem é a soma total de suas relações sociais».

Tendo compreendido o caráter social do homem, e revelando seu caráter de classe numa sociedade de classes, Marx demonstrou que, somente através da luta de classes e da vitória do proletariado, a humanidade pode alcançar uma sociedade comunista, que abra perspectivas ilimitadas de desenvolvimento multilateral da personalidade do homem. Rechassando todas especulações antropológicas, inférteis, sobre o homem abstrato, inexistente, e colocando no centro da atenção o homem-proletário real, Marx elaborou a tática e a estratégia da classe operária, que exige a subordinação de todo o movimento operário aos interesses superiores da luta de classes por um futuro feliz e radioso.

O «socialismo humanitário» e a questão da Hungria

Os adeptos do «socialismo humanitário» são contra este conceito. Segundo se vê, eles não podem admitir que a essência do homem se desenvolva no processo das relações sociais, ou que «o homem seja absorvido pelo processo de

produção». Os partidários do «socialismo humanitário» recusam-se a admitir que a essência do homem tem sempre caráter histórico concreto, é determinada pelas condições econômico-sociais e se modifica juntamente com elas.

Não é acidental que a maneira leninista de abordar os problemas, ou seja, «quem vencerá a quem», seja declarada obsoleta, e isto nas condições de uma luta crescente e global entre as forças do socialismo e do imperialismo. Não é a primeira vez que, com a ajuda de referências à modificação na situação mundial, se fazem tentativas para revisar esta importante tese de Lênin. É inegável que nos últimos 40 anos mudou profundamente a correlação de forças entre o capitalismo e o socialismo, bem como as formas de luta entre eles. Mas, enquanto existir o capitalismo, a maneira leninista de abordar os acontecimentos do ponto de vista «quem vencerá a quem» — isto é, pelo prisma do conflito entre o proletariado e a burguesia, permanecerá inatacável. Qualquer outra maneira é contrária ao marxismo e oportunista.

É de tais posições oportunistas e antimarxistas que os expoentes do «socialismo humanitário» tentam apreciar moralmente os acontecimentos atuais, especialmente os acontecimentos da Hungria. Seus argumentos sobre o que aconteceu na Hungria não podem deixar de ser caracterizados como falso moralismo pequeno-burguês e como esforços para confundir a essência política da questão.

Jogando com as palavras «humanismo», «justiça», «moralidade», com o objetivo claro de pôr em dúvida a correlação da ajuda soviética às forças revolucionárias da Hungria, eles falham completamente em sua análise de classe do que aconteceu ali. E aqui vêm à mente as palavras de Lênin: «Eu sei onde tomas as vossas idéias de justiça.

Elas vêm da época de ontem do capitalismo. O comerciante, sua igualdade, sua liberdade — esta é a vossa compreensão da justiça. Elas são os remanescentes pequeno-burgueses de preconceitos pequeno-burgueses. Quanto a nós, a justiça está subordinada aos interesses da derrubada do capitalismo».

Os expoentes do «socialismo humanitário» não tiveram palavras de condenação para os bandos contra-revolucionários que semearam a morte na Hungria. A ajuda soviética, de acordo com suas obrigações internacionais, seu dever de defender o socialismo, a pedido do governo revolucionário dos operários e camponeses húngaros, são considerados amorais pelos «humanistas».

Alguns deles apresentam a questão deste modo: a decisão de conservar a Hungria no campo do socialismo, a qualquer preço, pode ser justificada pelos comunistas «aos olhos do mundo»? A que olhos se referem? Aos olhos daqueles que metralharam comunistas húngaros, suprimindo a contra-revolução não apenas com armas, mas também com instruções sobre como organizar o terror em massa?

O humanismo revolucionário dos comunistas

Serão os verdadeiros sentimentos de justiça e humanismo, não os de tipo pequeno-burguês, alheios aos comunistas, aos marxistas-leninistas? É evidente que não. Os comunistas amam ardentemente a humanidade, mas este amor não se expressa em suspirar e orar pela justiça abstrata ou pelos sonhos platônicos de «um mundo melhor para a humanidade». Seu humanismo se expressa no desejo ardente e na luta desprendida para que a humanidade trabalhadora possa viver em condições realmente humanas. Eles são os verdadeiros humanistas, porque visam a vitória do regime mais humano, o regime comunista. A esta tarefa mais humana eles subordinam suas ações — esta é a essência do humanismo revolucionário, baseado nos princípios do marxismo-leninismo.

«HISTÓRIA SINCERA DA REPÚBLICA»

Novo livro de Leôncio Basbaum

Tem despertado grande interesse nos círculos intelectuais do país, especialmente entre os estudiosos da história do Brasil, o novo livro de Leôncio Basbaum — «História Sincera da República». Trata-se, como declara o próprio autor, de uma tentativa de interpretação marxista da história de nosso país, abrangendo o período desde a colonização até 1889.

O livro divide-se em quatro partes: 1) As raízes; 2) A monarquia; 3) O ideal republicano; 4) A queda do império. Justificando sua contribuição ao estudo de

nossa história, diz Leôncio Basbaum: «Com este modesto ensaio pretendo, antes de mais nada, contribuir para uma nova interpretação da História do Brasil. Como, porém, há quatrocentos anos vem sendo o Brasil interpretado sem nenhum resultado prático para o seu futuro, resolvi levar minhas pretensões mais longe; quero também contribuir para transformá-lo. Para melhor, é claro».

«História Sincera da República», elaborado à base de um amplo trabalho de pesquisa, como o atesta a bibliografia citada no volume, vem merecendo a atenção de todos os que se interessam pelo conhecimento de nosso passado.



O LIVRO NEGRO dos acórdãos de minerais e ômicos firma-os entre o Brasil e os Estados Unidos

«É PRECISO QUE MILHÕES DE PATRIOTAS TOMEM CONHECIMENTO DOS FATOS DENUNCIADOS NESTE VOLUME» — ASTROJILDO PEREIRA

PEDIDOS A EDITORIAL VITÓRIA LTDA. — RUA JUAÍ PABLO DUARTE, N.º 50, SOB. — RIO DE JANEIRO — DJ

Escreve-nos um leitor que se assina «Um comunista de São Paulo», indagando como se deve compreender o problema das relações e da independência entre os Partidos Comunistas

Antes de tudo: a independência de um partido comunista em relação a outros partidos comunistas e operários não pode, absolutamente, ser compreendida no sentido de isolamento ou hostilidade entre eles. O proletariado é uma classe internacional e, até hoje, a burguesia só pôde vencê-lo ali e quando conseguiu isolá-lo. Há um século atrás, no «Manifesto Comunista», Marx e Engels mostravam que a vitória da classe operária só é possível com a sua unidade, a sua solidariedade internacional. Quebrar essa solidariedade é condenar o proletariado à derrota. Por isso mesmo, o internacionalismo é um princípio básico para a classe operária e para seu partido.

É claro que cada partido comunista, sendo uma fração da classe operária, é por isso mesmo parte integrante de sua nação, com suas peculiaridades, com os problemas específicos que lhe vêm da realidade nacional. Se o socialismo compreende um aspecto geral, isto é, a sistematização do que é fundamental na experiência da revolução e da construção socialista, realizadas pela primeira vez na URSS, encerra também, em cada país um aspecto particular, específico, que é produto de sua formação histórica, de suas condições de desenvolvimento. Eis por que, em cada país, só a experiência acumulada e desenvolvida pelas massas trabalhadoras e sistematizada pelas forças de vanguarda pode definir, com apoio na experiência internacional, o caminho específico, as particularidades da revolução nesse país. Isso, é claro, varia de povo para povo.

Eis por que seria falso, anti-científico, que um partido comunista tentasse impor seu caminho a outros partidos como caminho típico, como modelo geral. Como seria falso e anti-científico que um partido ou grupo de partidos quisesse impor dada orientação política a um partido irmão. Isso não significa de modo algum o alheamento entre os partidos comunistas e operários, não significa a indiferença face a uma orientação falsa que poderia tornar-se nociva à classe operária, à nação inteira e mesmo ao sistema socialista e ao movimento comunista em seu conjunto. As relações entre os

Perguntas e Respostas

— COMO COMPREENDER A INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS?

partidos comunistas e operários são relações de tipo novo, baseadas em interesses e objetivos comuns e na luta comum contra um mesmo inimigo. Isso explica o caráter objetivo da solidariedade proletária internacional, a ajuda mútua, ampla e concreta entre os destacamentos do proletariado; mas isso deve fazer-se através da discussão fraternal, da persuasão, da crítica e da autocrítica, firmes, claras, comunistas. A autonomia de um partido comunista não exclui, portanto — mas, ao contrário, exige a colaboração íntima, a consulta e a ajuda crítica dos partidos irmãos, a assimilação crítica da experiência do movimento operário e comunista internacional.

A questão, como se vê, deve ser analisada e compreendida dentro de uma unidade dialética: a independência dos partidos comunistas e operários está indissolivelmente ligada à sua solidariedade recíproca, ao internacionalismo proletário.

No período relacionado com o culto à personalidade do camarada Stálin, verificaram-se certas violações sérias dessas relações justas, internacionalistas, entre partidos comunistas e operários. Um exemplo típico é a posição do extinto Birô de Informações face à União dos Comunistas Iugoslavos. A responsabilidade incumbe a vários partidos irmãos — e em particular ao Partido Comunista da União Soviética, como aliás ele próprio foi o primeiro a reconhecer.

Houve também incompreensões quanto à justa relação entre o que é contribuição peculiar de cada Partido ao movimento geral para o socialismo — e o que representa a experiência, a contribuição crítica e a ajuda teórica de outros partidos. Daí, a cópia das experiências estrangeiras, a influência do dogmatismo, a subestimação do lado peculiar, específico, do caminho de cada país para o socialismo. O Partido Comunista do Brasil incorreu também, nos últimos anos, em sérios erros desse gênero.

O XX Congresso chamou aos comunistas soviéticos e todos os partidos irmãos a uma luta decidida e consequente contra esses erros. Como todo o movimento comunista, os comunistas brasileiros procuram corrigir e corrigem os seus erros dogmáticos anteriores e esforçam-se para realizar uma política que leve em conta as características nacionais do Brasil. Nas relações com os partidos de outros países, sobretudo com o PCUS, os comunistas brasileiros procuram assumir a posição justa e responsável que lhes cabe junto a outros partidos irmãos, isto é: o estudo, a pesquisa, a capitalização das experiências acumuladas por nosso povo, das tradições nacionais que são inseparáveis de nosso caminho para o socialismo, a integração sempre maior com a realidade nacional e, ao mesmo tempo, a integração com o movimento comunista internacional, a posição crítica e responsável diante de partidos comunistas e operários.

A título de combate ao dogmatismo, certos elementos passaram a destacar apenas um aspecto das relações entre os partidos — e não o fundamental, o que marca a essência dessas relações, que foram sempre caracterizadas pela solidariedade, pela ajuda mútua em seu sentido mais amplo. Os que, desenvolvendo atividades antipartidárias, insinuam utilizando a imprensa burguesa, que o Partido Comunista não tem independência, procuram assim mascarar a dependência em que se acham, face às forças políticas e aos interesses estranhos à classe operária.

Em conclusão: o princípio da igualdade de direitos, que implica no direito e no dever da crítica mútua, fraternal e construtiva — nada mais é, no seu justo sentido, que um dos aspectos da solidariedade entre os partidos comunistas e operários, da unidade indissolúvel do movimento operário e comunista internacional.

EXIGEM OS TRABALHADORES:

Aumento Geral de Salários E Revisão do Salário-Mínimo

CENTENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES, DAS MAIS DIVERSAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS, EMPENHAM-SE EM LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS — OS NÍVEIS DE SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTES JÁ NÃO CORRESPONDEM AO ELEVADO CUSTO DE VIDA — ORGANIZAM-SE POR TÓDA A PARTE COMISSÕES DE SALÁRIOS, PACTOS INTERSINDICAIS, COMISSÕES ESTADUAIS E NACIONAIS

EM TODO O PAÍS, empenham-se em luta por aumento de salários os trabalhadores brasileiros, das mais diversas categorias profissionais: metalúrgicos, bancários, vidreiros, trabalhadores em laticínios, em calçados, moageiros e muitos outros.

As próprias estatísticas oficiais, sabidamente incompletas, não podem ocultar essa elevação.

Por isso exigem os trabalhadores e reajustamento de seus salários e o aumento geral, como única saída imediata para melhorar, por pouco que seja, suas condições de existência.

balhadores e querem 70% de aumento. Os sapateiros, motoristas e trocadores de ônibus, vidreiros, moageiros, qui-

micos — dezenas de milhares de trabalhadores — já se lançaram também à luta por aumento de salários.

DEVE SER CONCEDIDO O AUMENTO DE SALÁRIOS

Alegam os patrões e o governo, que defende os seus interesses — é o que acabam de fazer — os banqueiros, recusando-se a discutir em mesarredonda com os bancários a tabela por estes apresentada — que de nada adianta aumentar os salários, por que isso acarreta sempre, inevitavelmente, a elevação geral dos preços das mercadorias. Assim, argumentam os patrões, será impossível combater a inflação, porque ficaremos eternamente no círculo vicioso: aumento de salários, aumento de preços.

Neste primeiro semestre de 1957, diversas categorias profissionais já conquistaram aumento de salários — carris urbanos do D. F., marítimos, portuários, marceneiros e telegrafistas — além de outras importantes reivindicações.

Esses milhares e milhares de questionários, recolhidos às sedes dos sindicatos, permitem desencadear a luta por aumento em bases que correspondem realmente aos desejos e reivindicações das grandes massas de trabalhadores. Cada trabalhador participa diretamente, através da opinião por ele manifestada no questionário, da preparação da tabela a ser proposta e da luta que se vai travar.

Muitos tiveram que recorrer à greve, como os telegrafistas, durante mais de vinte dias. Outras vezes, bastou a ameaça de greve para que o governo encontrasse, junto com os patrões, a fórmula capaz de atender à exigência dos trabalhadores — como ocorreu com os marítimos.

Sómente na Capital da República, meio milhão de trabalhadores empenha-se em luta por aumento de salários, neste mês de junho. Algumas das categorias profissionais estão dispostas a recorrer inclusive à greve, se não conseguirem por outros meios convencer os patrões e o governo a lhes conceder o aumento que pleiteiam, indispensável para enfrentar a carestia crescente.

Isso prova que a disposição de luta e a combatividade dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações salariais, bem como a cuidadosa preparação da luta, podem levar à conquista de um aumento substancial nos salários atuais e à revisão dos níveis de salário-mínimo, ajustando-os à elevação verificada no custo de vida.

Os bancários, num total de 110 mil em todo o país, pleiteiam 45% de aumento geral e um mínimo de Cr\$ 1.900,00. Os metalúrgicos — 55 mil — querem 45% geral e o mínimo de Cr\$ 1.400,00. Também os trabalhadores têxteis, que abrangem 45 mil no DF, exigem um aumento salarial de 45% sobre os salários atuais. Os operários de Carnes, Derivados e do Frio industrial somam 25 mil tra-

Trata-se, pois, de organizar a luta em cada local de trabalho — eleger comissões de aumento, delegados sindicais, distribuir questionários entre os trabalhadores nas fábricas, convocar assembleias dos sindicatos para aprovar as tabelas, iniciar, enfim, a campanha pelo aumento.

Apoio do Pacto à Luta Por Reajustamento de Salários

O Pacto de Unidade Intersindical, por deliberação de sua última reunião plenária, resolveu hipotecar sua inteira solidariedade e apoio a todas as categorias profissionais que estão empenhadas em luta por reajustamento de salário.

A alta vertiginosa do custo de vida vem anulando todos os salários e, em face das dificuldades que a carestia vem impondo a todos os que vivem de salários e vencimentos, merece todo apoio a luta que está sendo encetada pelos trabalhadores por melhores salários, consequentemente, por melhores condições de vida, tanto na Capital como em todo o Estado.

Estamos certos de que a solidariedade, o apoio e a unidade de todos os trabalhadores é fator decisivo na justa luta dos trabalhadores paulistas.

Que os companheiros consigam reajustamentos salariais à altura de suas necessidades e que todas as reivindicações de uma categoria contem com o apoio e a solidariedade das demais categorias profissionais.

São Paulo, 23 de junho de 1957. SALVADOR ROMANO LOSACO — Presidente da Comissão Executiva do Pacto de Unidade.

Mais de 50 Mil Questionários Distribuídos

Na capital de São Paulo, intensa movimentação realizam os trabalhadores, na campanha já iniciada por aumento de salários. Mais de 50 mil questionários foram distribuídos pelos locais de trabalho

— fábricas, empresas, bancos, oficinas — para consultar a cada trabalhador sobre qual deve ser o pedido de aumento e outros detalhes da luta. Os sindicatos realizam assembleias para debater e aprovar tabelas de aumento. Nos locais de trabalho, surgem as comissões de aumento, nos municípios e cidades são organizadas as Comissões Centrais de Salários e até nacionalmente — como o fizeram os bancários, marítimos, ferroviários — unem-se os trabalhadores em defesa de melhores condições de vida.

Esses milhares e milhares de questionários, recolhidos às sedes dos sindicatos, permitem desencadear a luta por aumento em bases que correspondem realmente aos desejos e reivindicações das grandes massas de trabalhadores. Cada trabalhador participa diretamente, através da opinião por ele manifestada no questionário, da preparação da tabela a ser proposta e da luta que se vai travar.



Na concentração da Praça da Sé o líder sindical Chamorro fala aos trabalhadores paulistas



ENQUANTO O POVO SE VESTE MAL ACUMULAM-SE OS ESTOQUES DE TECIDOS

NA AMPLIAÇÃO DO MERCADO INTERNO A VERDADEIRA SOLUÇÃO — 25 METROS DE TECIDO POR ANO PARA CADA BRASILEIRO — LUTAM OS TRABALHADORES TÊXTEIS EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS E CONTRA O DESEMPREGO

DEPOIS DE ALGUNS meses de florescimento e altos níveis de produção, a indústria têxtil brasileira enfrenta mais uma vez a ameaça dos estoques acumulados, sem possibilidades de escoamento. Esta ameaça atinge mais direta e profundamente os milhares de operários têxteis, dos quais muitos, já foram lançados ao desemprego e outros enfrentam as manobras patronais tendentes a reduzir os salários e liquidar os direitos já conquistados.

Hoje é espetáculo frequente nas cercanias das grandes fábricas de São Paulo, em busca das vezes suas esperanças malogradas diante da resposta dos patrões: «Não há vagas». Cálculos autorizados admitem que já se encontram desempregados cerca de 120 mil operários na indústria têxtil, sendo 60 mil em São Paulo.

Enquanto isso, os industriais anunciam que a produção nos últimos meses, pois nos depósitos das fábricas se acumulam 500 milhões de metros, no valor de 12 bilhões de cruzeiros, para os quais é impossível encontrar colocação no mercado.

A CAUSA PRINCIPAL: O BAIXO PODER AQUISITIVO DAS MASSAS

Muitas são as razões invocadas pelos economistas e pelos próprios industriais de que mais esta crise parcial da indústria têxtil. Em geral buscam os motivos em fatores superficiais, como a restrição do crédito para a indústria, o contrabando de artigos têxteis estrangeiros e a queda das safras no último ano agrícola.

Poucos são os que desceram a verdadeira causa, apontando para um padrão de vida dos mais baixos do mundo. Este é o entrave principal à rápida expansão de nossa produção industrial.

Em recente discurso no Senado, ao analisar as causas da acumulação de estoques na indústria têxtil, o senador João Arruda chamava a atenção para o nível extremamente baixo do consumo de tecidos em nosso país. Nossa produção de artigos têxteis foi de 1 bilhão e 511 milhões de metros em 1956, para uma população de 60 milhões de habitantes, o que resulta num consumo «per capita» de menos de 25 metros, levando-se em conta os estoques sem colocação. Sómente o infimo poder de compra das massas trabalhadoras pode explicar o fato de que, num país onde milhões de camponeses andam seminus e os trabalhadores das cidades vestem mal, não haja mercado para uma produção de tecidos relativamente pequena.

É necessário agregar que este poder aquisitivo já muito baixo se vê mais reduzido ainda pela inflação desenfreada, pela elevação dos preços de todos os produtos não acompanhada por um aumento correspondente dos salários, o que conduz à diminuição constante do salário real dos trabalhadores.

há muito pelos camponeses: o baixo poder aquisitivo do povo brasileiro, a pobreza de nosso mercado interno e a lentidão do seu crescimento em consequência do monopólio da terra, que reduz milhões de trabalhadores de



OS OPERÁRIOS TÊXTEIS DEFENDEM SEUS DIREITOS

Diante da necessidade premente de assegurar o escoamento dos estoques acumulados e de reduzir a produção enquanto perdura a queda nas vendas, os industriais de tecidos tratam de descartar sobre os trabalhadores as consequências da situação que atravessam as empresas.

Algumas empresas estão dispensando em massa os operários, alegando a necessidade de reduzir a produção. Há patrões que admitem em seguida outros operários, com salários mais baixos. Nas fábricas de Americana, importante centro têxtil de São Paulo, os industriais contratam operários pagando menos que o salário-mínimo e os obrigam a assinar recibo de quitação geral, sem data e com o aviso prévio vencido. Por qualquer motivo, o operário é demitido sem qualquer direito inscrito na lei, bastando ao empregador datar como lhe convém o recibo previamente assinado.

Numerosas empresas estão suprimindo horas de trabalho na jornada, ou dias de trabalho na semana, sem pagar qualquer compensação aos operários por esse tempo que deixam de trabalhar. Tal medida equivale a uma brutal redução dos salários, que os trabalhadores têxteis não podem aceitar.

Alguns patrões estão perseguindo e pressionando operários para obrigá-los a sair das empresas mediante a aceitação de acordos nos quais são pagas indenizações irrisórias, que às vezes só atingem 60% da indenização devida por lei, e em certos casos são pagas em prestações.

Tendo amealhado lucros fabulosos no período de aumento da produção, os industriais de tecidos não tiveram hesitação em reduzir os salários nos últimos meses, conforme pode ser verificado pelos balanços das empresas têxteis. Ao contrário, muitas delas assinalam um aumento das reservas e do capital, além da distribuição de fartos dividendos.

Tudo indica que eles procuram especular com as dificuldades temporárias que atravessa a indústria, visando intensificar a exploração dos trabalhadores e violar seus direitos assegurados em lei.

Os operários têxteis, unidos em suas organizações sindicais, enfrentam com decisão a ofensiva patronal contra os seus direitos. Em um memorial enviado ao Ministro do Trabalho, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo e os sindicatos a ela filiados afirmam que, sejam quais forem os argumentos patronais e das autoridades, não estão dispostos os trabalhadores a abrir mão de nenhuma de suas conquistas, uma vez que não será lícito acrescentar ao peso da exploração em que vivem, outros males, sob o fundamento de dificuldades para as quais não concorreram, direta ou indiretamente. Acrescentam os trabalhadores que, apesar de se solidarizarem com o clamor da indústria têxtil por medidas governamentais que ajudem a superar as dificuldades, não estão dispostos a abdicar de quaisquer direitos assegurados pela legislação do trabalho.

A Verdadeira Solução: Ampliação do Mercado Interno

Ao encerrar o problema do mercado para a nossa indústria têxtil, não podemos aceitar apenas as soluções imediatistas que são propostas, via de regra, pelos industriais e pelas autoridades governamentais. Estas soluções de emergência não criam condições para um efetivo desenvolvimento da indústria, porque não removem as causas profundas que entram sua expansão. Resultam tão somente um alívio para as dificuldades imediatas.

Facilidades à exportação de tecidos

Exemplo dessas soluções de emergência é a proposta feita pelos industriais e aceita pelo governo no sentido de estimular a exportação de tecidos. Atualmente, os exportadores de tecidos recebem por um dólar proveniente das exportações a quantia de 67 cruzeiros. O governo decidiu favorecer o escoamento dos estoques para os mercados externos, oferecendo uma bonificação adicional de 36 cruzeiros por dólar, o que elevará o dólar-tecido a 103 cruzeiros. Os recursos para esta bonificação adicional serão fornecidos por uma taxa especial de 70 cruzeiros por dólar, a ser acrescida ao câmbio de custo nas importações de maquinaria, peças e acessórios destinados à indústria têxtil.

Recebendo mais cruzeiros por cada dólar de tecidos exportados, os industriais têxteis poderão concorrer com mais vantagem nos mercados externos. Mas esta é uma solução parcial e imediatista para o escoamento dos estoques de tecidos.

Ampliação dos mercados externos

Mesmo que se aceite como solução imediata a exportação de tecidos, o caminho não está em procurar vender nossos produtos têx-

teis nos mercados tradicionais, onde a concorrência é cada vez mais aguda, e sim em novos mercados.

Em discurso que teve grande repercussão, o deputado Emílio Carlos demonstrou a possibilidade de colocarmos nossos tecidos no grande mercado da China, pois os chineses estão dispostos a comerciar com o Brasil pagando produtos contra Londres, ou trocando nossos produtos pelo excelente carvão da Manchúria. No mesmo sentido manifestaram-se os têxteis de São Paulo, ao reclamar do governo medidas que tornem possível a exportação de nossos tecidos para todos os países do mundo, sem discriminação de qualquer espécie. Contudo, o governo do sr. Kubitschek, traindo os compromissos assumidos com o povo na campanha eleitoral, mantém o comércio exterior brasileiro submetido às imposições do imperialismo tongue e recusa-se a estabelecer relações comerciais com a China Popular, a União Soviética e outros países do campo socialista.

A verdadeira solução

A solução das dificuldades de nossa indústria têxtil só pode ser conseguida, porém, com uma ampliação ponderável do mercado interno.

Isto exigiria, em primeiro lugar, a realização de uma reforma agrária que desse às massas de milhões de trabalhadores do campo a possibilidade de possuir e cultivar em seu próprio as terras que hoje são monopolizadas por um punhado de grandes fazendeiros.

A elevação do poder aquisitivo das massas exige também a melhoria radical da situação dos trabalhadores das cidades, a obtenção de salários mais justos, que lhes permitissem consumir em maior escala os produtos industriais.

Por esses objetivos lutam as massas trabalhadoras da cidade e do campo, exigindo modificações da política interna e externa do país num sentido democrático e progressista.



Os trabalhadores têxteis em tradição de luta e de unidade. No clichê, um momento da última greve no Distrito Federal

Em Defesa da Unidade do P.C.B.

SOLIDARIEDADE E APOIO ÀS ÚLTIMAS RESOLUÇÕES DO COMITÊ CENTRAL PELA UNIDADE DO PARTIDO E CONTRA OS ATOS FRACIONISTAS

Novas resoluções e declarações, de organismos intermediários do P.C.B., chegam à nossa redação. Publicamos abaixo os primeiros desses documentos.

Comitê Regional de Sergipe

O CR de Sergipe manifesta sua solidariedade ao Presidium do C.C. e ao camarada Prestes, em vista das últimas ocorrências relacionadas com a luta interna do Partido e ao mesmo tempo repudia o pequeno grupo fracionista chefiado por Agildo Barata.

COMITÊ DE ZONA DE BELO HORIZONTE

Reunido em sessão plenária, o CZ de Belo Horizonte discutiu a resolução do C.C. sobre a atividade política e a unidade do Partido e resolveu tornar público seu repúdio à

aliada permanentemente à prática efetiva do centralismo democrático.

O CR de Sergipe conclama seus militantes a «estudar o caminho da revolução brasileira à luz do marxismo-leninismo, simultaneamente cumprindo as nossas tarefas, traçadas pelo C.C. de nosso Partido».

ação fracionista de Agildo Barata e do grupo por ele dirigido.

«O CZ conclama todo o Partido na zona a lutar com firmeza pela unidade do Parti-

do, condição básica de sua existência e seu fortalecimento, a combater com energia toda e qualquer manifestação de atividade antipartidária, a divulgação de boatos e calúnias, a distribuição de materiais antipartidários e a

luta sem princípio, conclamando igualmente a que se redobrem os esforços para a intensificação da democracia interna, das discussões as mais amplas, dentro dos princípios partidários».

Comitê Regional Oeste Paulista

Numa declaração, o CR Oeste Paulista «dá todo apoio à Resolução do Comitê Central e aplaude as medidas adotadas para a defesa da unidade do Partido, contra as tentativas fracionistas que procuram minar essa unidade».

Diz o documento que um partido que luta praticamente pelo poder tem que garantir, antes de mais nada, a unidade monolítica de suas fileiras, unidade orgânica, ideológica e política, base em que repousa a unidade de ação. E acrescenta: «Ao pregar um falso democratismo, o «direito das minorias» e ao combater o conceito de «núcleo dirigente», alguns camaradas, hoje, na verdade, apenas vivem com novas palavras, velhas teorias fracionistas e liquidacionistas, que levam ao enfraquecimento do Partido e ao descrédito do seu centro diretor, o Comitê Central».

COMITÊ DE ZONA DE VILA MARIANA

Em sua reunião ampliada, para discutir os últimos documentos do C.C., o CZ de Vila Mariana «resolveu por unanimidade dirigir ao C.C. a mais calorosa saudação, pela orientação política e pelas justas medidas em defesa da unidade do Partido».

O CZ de Vila Mariana «manifestou seu mais enérgico repúdio às atividades fracionistas do renegado Agildo Barata e seu pequeno grupo, atividades essas que somente beneficiam ao imperialismo norte-americano e seus agentes em nosso país». «O pleno resolveu, por unanimidade, pedir ao C.C. que promova a expulsão das fileiras do nosso Partido do fracionista e traidor Agildo Barata».

COMITÊ DE ZONA DE NILÓPOLIS

Em sua última reunião, o CZ de Nilópolis decidiu «hipotecar inteira solidariedade à declaração do Presidium a respeito das atividades fracionistas de Agildo Barata e anunciar seu apoio a qualquer

decisão que o C.C. venha a tomar todos os militantes a que mantenham vigilância revolucionária contra a penetração de inimigos de classe no Partido» — diz a sua resolução.

Comitê Regional de Goiás

«O CR de Goiás condena a atitude de Agildo Barata e reafirma sua solidariedade ao Presidium e ao C.C. Mais do que de Agildo Barata, resolveu adotar a seguinte resolução:

«O CR de Goiás condena a atitude de Agildo Barata e reafirma sua solidariedade ao Presidium e ao C.C. Mais do que nunca estamos convencidos de que a unidade em nossas fileiras é não só necessária, mas indispensável para que possamos cumprir o nosso papel de força dirigente da revolução brasileira. Tudo que prejudica essa unidade beneficia os piores inimigos de nosso povo. A prova aí está: o imperialismo norte-americano procura tirar proveito do arrefecimento da atividade de nosso Partido e desencadeia uma ofensiva sem precedentes no sentido de apoderar-se de importantes parcelas do território nacional, certo de que a espinha dorsal da resistência antiimperialista tinha sido ferida».

Mais uma vez reafirmamos nossa opinião de que é preciso democratizar a vida interna do Partido e fazer vigorar, em toda a sua plenitude, o princípio da direção coletiva. Entretanto, essa nossa posição jamais significará a mínima concessão aos divisionistas».

Toda a nossa solidariedade combativa ao C.C., como centro único de nosso Partido e ao camarada Prestes, honrado dirigente de nosso Partido e do povo brasileiro.»

MOÇÃO DO COMITÊ DE ZONA DO BRÁS

Foi enviada ao C.C. e seu Presidium a seguinte moção:

«O CZ do Brás, do P.C.B., reunido em pleno ampliado, resolveu hipotecar inteiro apoio ao C.C. do P.C.B. pela sua firme atitude no combate às atividades divisionistas

dentro do Partido. Estendemos este apoio ao Presidium do C.C. e ao camarada Prestes. Apoiamos ainda o C.C. na luta contra o imperialismo americano, em defesa de Fernando de Noronha e pela imediata interdição das armas atômicas e de hidrogênio».

COMITÊ DE ZONA DE PILARES

Reunido em pleno ampliado para discutir a resolução do C.C. sobre a unidade do Partido e a Declaração do Presidium, «resolveu por unanimidade apoiar calorosamente aquela resolução e condenar com indignação a posição de Agildo Barata e todos os que ainda o acompanham, a maioria dos quais enganada e que

não tardará a compreender o seu erro, vindo engrossar novamente as fileiras do Partido».

«O CZ de Pilares concita todos os comunistas e amigos do Partido a cerrar fileiras em torno do C.C., que tem à frente o filho querido do povo brasileiro, o patriota Luiz Carlos Prestes».

C. R. PIRATININGA

1 O COMITÊ Regional Piratininga do Partido Comunista do Brasil manifesta sua firme solidariedade à posição tomada pelo Presidium do C.C. do P.C.B. condenando a deserção de Agildo Barata das fileiras do Partido e seu ataque aberto ao movimento revolucionário do proletariado, através de uma revista burguesa. O C.R.P. denuncia, ao mesmo tempo, a atividade de um grupo fracionista que procura dividir o Partido, na base de uma plataforma política, tática e organizativa de caráter eminentemente revisionista e oportunista, grupo esse que tem à sua frente, aqui, os indivíduos «Evaldo» e «Gari». Esses elementos têm como armas principais a mentira, o boato, a calúnia, a intriga, a revelação de segredos do Partido e a exploração de justos sentimentos de correção de erros e superação de debilidades, comuns à grande massa de membros do Partido.

2 O MOVIMENTO proletário revolucionário tem no Partido Comunista do Brasil sua mais alta expressão, por isso, a reação interna, conjugada com as forças do imperialismo, procura destruí-lo, atacando-o por fora e por dentro. Mas ela jamais conseguiu atingir o que tinha em mira. Jamais o P.C.B. abandonou seus objetivos revolucionários, jamais renegou sua fidelidade ao internacionalismo proletário. Nem as tentativas de dissolver o Partido Comunista no movimento geral (tenentismo, em 1929-30), nem a mais negra reação, como a dos anos posteriores a 1935, nem o movimento fracionista de 1937 e o liquidacionista de 41-45 puderam liquidar o Partido do proletariado. Isto acontece porque o Partido Comunista é o mais fiel defensor dos interesses vitais das massas populares e de suas aspirações de democracia, paz e independência. Porque é a parte mais consciente e avançada do proletariado e, por isso mesmo, o partido de todo o povo brasileiro em sua luta por melhores condições de vida, pelas liberdades, pela emancipação nacional.

3 O C.R.P., inspirado na última resolução do C.C. «Sobre a Unidade do Partido», está cada vez mais disposto a pautar sua ação pelas normas leninistas de organização, estimulando a democracia interna, a crítica e auto-crítica. O C.R.P. vem se esforçando por criar no Partido um clima favorável ao desenvolvimento de um amplo debate de opiniões, procura estimular a iniciativa dos militantes e realizar um trabalho de direção coletiva. Numa palavra, o C.R.P. procura aplicar corretamente o princípio do centralismo democrático, nas condições de ilegalidade. A superação

dos erros em nosso trabalho e a formação de um ambiente de confiança entre os comunistas dependem, sobretudo, da capacidade de cada comunista zelar pelo cumprimento das tarefas do Partido e dos Estatutos, criticando franca e corajosamente tudo que fira os direitos dos membros do Partido, defendendo ao mesmo tempo esses direitos e a unidade do Partido.

Compreendendo que não é possível negar ou suprimir divergências com medidas discriminatórias e atos impositivos, ou mesmo confundir divergências com atos de indisciplina e atividades anti-partidárias, o C.R.P., entretanto, repudia e combate intransigentemente todos os atos que atentem contra as normas de organização e os princípios partidários, defendendo vigorosamente a unidade do Partido.

4 NESTAS condições, o C.R.P. alerta o proletariado, os jovens, a intelectualidade, as mulheres, os batalhadores das reivindicações nacionalistas e democráticas, enfim, todo o povo de São Paulo para a ação desagregadora que vem realizando Agildo Barata nesta região, com o apoio de «Evaldo», representante típico do mandonismo e da prepotência, e de «Gari», demagogo e reformista.

O C.R.P. conclama os membros do Partido na região a fortalecerem sua vigilância, desmascarem serena mas firmemente as calúnias e mentiras dos fracionistas, bem como a combater com paciência e firmeza comunistas suas teses reformistas e contra-revolucionárias. O C.R.P. conclama também a todos quantos, por inexperiência ou equívoco, se tenham deixado iludir pelos fracionistas, a que cerrem fileiras em torno do Partido da classe operária, o Partido que tem à frente Luiz Carlos Prestes, o Partido Comunista do Brasil.

5 FINALMENTE, o C.R.P., compreendendo a necessidade de desenvolver a luta ideológica visando o reforçamento do Partido e de sua unidade, conclama os seus militantes e amigos, os trabalhadores e o povo a intensificarem a luta em defesa de Fernando de Noronha e das riquezas nacionais, pela interdição das experiências com armas nucleares, pelas liberdades e por melhores condições de vida e de trabalho.

São Paulo, Junho de 1957.
O Comitê Regional Piratininga do
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



O ESPORTE CLUBE BAHIA NA UNIAO SOVIÉTICA



Calorosa acolhida teve o E. C. Bahia em sua temporada na URSS | ortulecendo o intercâmbio esportivo entre os dois países. Nos clichês, em lance do jogo com o Torpedo, de Moscou, vencido pelo clube brasileiro, e a entrada deste em campo conduzindo uma saudação aos esportistas soviéticos

Em Sua Etapa Decisiva a Campanha Reivindicatória dos Bancários

REIVINDICAÇÕES COMUNS UNEM OS BANCÁRIOS DE NORTE A SUL DO PAÍS — A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS — O PAPEL POSITIVO DAS COMISSÕES SINDICAIS NOS SINDICATOS, BANCOS E SEÇÕES — CONCLAMAÇÃO AOS BANCÁRIOS DE TODO O BRASIL

A campanha dos empregados em estabelecimentos bancários por aumento de salário toma, agora, um maior vigor, em virtude da resposta dada pelos banqueiros às justas pretensões dos bancários de todo o país.

De norte a sul do país, unidos os bancários

Os banqueiros, insensíveis às dificuldades por que atra-

vessam os seus empregados, apresentam como solução às reivindicações dos bancários conselhos para que os mesmos se tranquilizem e esperem que o governo promova a baixa do custo da vida. Isto é, mandam que os bancários apertem o cinturão e continuem trabalhando para que eles enriqueçam cada vez mais.

É notório que os estabelecimentos bancários vêm obtendo de ano para ano, lucros astronômicos que variam de

30 a 959%, sendo muito comum lucros anuais de 40 a 70%.

Enquanto isto, são irrisórios os vencimentos dos bancários em geral.

Mais de 60 por cento deles percebem salários inferiores a seis mil cruzeiros, o que constitui um absurdo, em virtude da crescente carência de vida e das obrigações sociais exigidas dos bancários.

A força e a importância da campanha reivindicatória dos bancários reside no fato de

que ela não é uma campanha de um sindicato ou uma reivindicação isolada, mas constitui um amplo movimento de âmbito nacional, englobando os trabalhadores em Bancos de norte a sul do país. Suas reivindicações foram equacionadas em reuniões de caráter nacional, nas quais, participaram delegados de vários Estados. Posteriormente estas reivindicações foram ratificadas pelas entidades de classe dos bancários, em cada Estado.

Os bancários pleiteiam um aumento geral de 45 por cento com um mínimo de Cr\$ 1.900,00, a partir de 29 do corrente, e com vigência de um ano. Reclamam ainda os bancários que conste do acordo com os banqueiros uma cláusula que determine uma reunião de bancários e banqueiros, no prazo de 30 dias, presidida pelo Ministro do Trabalho, para a solução de outras reivindicações, tais como: quinquênios, abono familiar, hierarquia salarial, extinção do trabalho aos sábados, complementação salarial, salário profissional, etc.

O Estado-Maior da campanha é a Comissão Executiva Nacional dos Bancários, eleito no VI Congresso realizado em 1956, o qual também elaborou o Plano Nacional de Reivindicações, que serve hoje de bandeira de luta dos bancários de todo o Brasil.

A importância da organização e da unidade dos bancários

A eleição da Comissão Executiva Nacional dos Bancários e sua função de Estado-Maior da Campanha reivindicatória, em nada diminuiu a autonomia e a livre iniciativa dos sindicatos. Ela veio reforçar o trabalho dos sindicatos de cada Estado, servindo de traço de união entre as diversas entidades dos bancários, unindo seus pensamentos e suas ações. A comprovação disso é o fato de que o plano de reivindicações de caráter geral, aprovado no Congresso de 1956, só foi definitivamente adotado depois de ratificado por cada um dos sindicatos de bancários nos Estados.

A consciência da necessidade de maior unidade e organização, por parte dos traba-

lhadores em estabelecimentos bancários, tem uma importância especial para a completa e rápida vitória da sua causa, uma vez que isso afasta a possibilidade de manobras divisionistas dos patrões e ao mesmo tempo multiplica a sua força para a luta.

O papel positivo das comissões sindicais nos sindicatos, bancos e seções

Seguindo uma experiência já comprovada pelas lutas dos trabalhadores, os bancários não se limitaram a se organizar apenas na cúpula, isto é, na Comissão Executiva Nacional ou nos sindicatos. Como base sólida para a campanha, organizaram as comissões sindicais nos sindicatos, bancos e seções. Essas comissões se reúnem nas sedes dos sindicatos e discutem os seus problemas, como aconteceu com a resposta dada pelos banqueiros, que foi debatida por estas comissões.

Os bancários vêm dando

muita atenção a essas organizações, aumentando o seu número e assegurando-lhe uma maior participação de trabalhadores de sua categoria

Conclamação aos bancários

Depois de ter recebido a resposta patronal, a Comissão Executiva Nacional dos Bancários lançou aos seus comandados, a seguinte conclamação:

«Aos colegas de todo o Brasil.

Em nome da Comissão Executiva Nacional dos Bancários, eleita no VI Congresso de nossa corporação, quando entramos em importante e decisiva etapa de nossa campanha reivindicatória, conclamamos os companheiros de todos os recantos do país a cerrarem fileiras em torno de seus órgãos de classe, organizados em comissões de bancos e seções, marchando, assim, unidos e confiantes até a vitória final de nossa justa causa.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1957.»

Os Mineiros de Conselheiro Lafaiete Enfrentam as Perseguições da Meridional

- ★ A pretexto de apurar desvios de minérios, a Companhia prende e tortura trabalhadores
- ★ Ergue-se o Sindicato em defesa dos seus associados
- ★ Só lutando podem os mineiros fazer parar as perseguições



A «Companhia Meridional de Mineração» de Conselheiro Lafaiete, está desencadeando uma onda de terror entre os seus trabalhadores, sob o pretexto de apurar desvio de minérios. Entretanto, os verdadeiros objetivos da empresa imperialista são bem outros. Ela visa amedrontar os trabalhadores para impedir que eles prossigam na sua luta reivindicatória junto à Companhia, exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho.

Com a sua ação policialista, a Companhia tenta desmoralizar o Sindicato dos trabalhadores, a fim de levá-los à descrença e desagregá-los, para melhor explorá-los. Com o terror inquisitorial entre os trabalhadores, os senhores da Meridional esperam debilitar o movimento patriótico que se ergue contra a exploração das nossas riquezas por este ramo da «United State Steel Corporation».

Veemente chamamento do sindicato

A reação que se desenvolve entre os trabalhadores não é de medo, como esperavam a Companhia e seus advogados policiais. Ante a ameaça do

desemprego em massa, das prisões, das calúnias e atentados à sua dignidade, os trabalhadores se erguem e se unem em torno do seu órgão de classe, preparando sua defesa.

O Sindicato dos Mineiros do Morro da Mina acaba de lançar um boletim fartamente divulgado entre os seus associados, no qual denuncia corajosamente as manobras da empresa imperialista, condena os métodos policiais com que se quer intimidar os trabalhadores, solidariza-se com os mineiros atingidos pelo terror e chama todos os trabalhadores à união em defesa dos seus interesses e a repelirem por todos os meios as manobras da Companhia.

Só lutando os mineiros podem fazer parar as perseguições

O Sindicato dos mineiros tomou aquele caminho que realmente pode conduzir à vitória dos trabalhadores contra os seus opressores — a unidade e a luta pelos seus interesses imediatos. Cabe aos mineiros fortalecer cada vez mais o seu sindicato e desenvolver um tal movimento de

solidariedade aos trabalhadores perseguidos, que os conduza a uma unidade crescente. Só lutando podem os mineiros fazer parar as arbitrárias perseguições dos seus patrões da Meridional.

Repúdio ao Salazarismo Dos Trabalhadores Santistas

Em Santos, no Estado de São Paulo, elementos dirigidos pelos círculos oficiais e ligados ao consulado de Portugal, procuraram levantar nos meios sindicais uma «homenagem» do trabalhadores ao representante de Salazar, Craveiro Lopes, em visita ao Brasil.

Quando dirigentes de cerca de 24 sindicatos achavam-se reunidos no Fórum Sindical de Debates, foram surpreendidos com a presença do sr. Manoel Ernido da Silva, Consul salazarista em Santos. Ao presidente do Fórum, sr. Moraes Chaves, que também se diz socialista, coube elogiar o representante de Salazar e propor que as organizações operárias se associassem às «homenagens» ao títire Craveiro Lopes.

Posta a questão em votação, por um dos dirigentes presentes foi proposto que se entregasse ao sr. Craveiro Lopes um memorial reivindicando para os trabalhadores e o povo de Portugal liberdade sindical, direito de greve, anistia para os presos políticos e outros direitos democráticos elementares de que não goza o povo irmão, oprimido pelo tacão do salazarismo.

Os sindicatos mais importantes ali reunidos repudiaram as manobras salazaristas, prestando assim uma homenagem aos seus companheiros portugueses. O Consul de Salazar foi obrigado a ouvir vários oradores repudiarem o regime fascista português.

Os Trabalhadores de São Paulo No IV Congresso Sindical Mundial

Constituída a Comissão Organizadora da Delegação e as Comissões Auxiliares ★ General Porfirio da Paz na Presidência de Honra da Comissão ★ Intenso trabalho no interior do Estado ★ Ordem do dia do IV Congresso

Intensificam-se em todo o Estado de São Paulo os trabalhos para a participação de uma delegação de trabalhadores paulistas no IV Congresso Sindical Mundial, a realizar-se em outubro próximo na Alemanha.

Após terem constituído a Comissão Organizadora da Delegação Paulista ao IV Congresso, em reunião do dia 18 último foram eleitas as comissões auxiliares para Arregimentação, Propaganda e Finanças.

GEN. PORFIRIO DA PAZ NA PRESIDENCIA DE HONRA

Aos participantes da reunião do dia 18, foi comunicado que o general Porfirio da Paz, vice-governador de São Paulo, aceitou a sua indicação para a presidência de honra da Comissão organizadora da Delegação Paulista. Esta comunicação foi recebida sob aplausos gerais dos dirigentes e líderes sindicais reunidos.

OS PREPARATIVOS ESTENDEM-SE AO INTERIOR DO ESTADO

Os trabalhadores do interior do Estado também se movimentam para que São Paulo envie ao conclave da FSM uma delegação expressiva. Os municípios de Santo André, São Caetano, Taubaté e outros já iniciaram um trabalho de arregimentação, propaganda e finanças, para assegurar seus representantes na delegação.

Por outro lado, no município de Campinas realizou-se uma reunião que contou com a participação de representantes dos sindicatos dos traba-

lhadores nas indústrias hidroelétricas, enfermeiros, trabalhadores em alimentação, construção civil, Mobiliária, Ferrovários da Mogiana, etc.

A atividade que vem desenvolvendo os trabalhadores paulistas mostra a importância que eles atribuem à participação de trabalhadores brasileiros em um Congresso em que se reunirão trabalhadores de todo mundo, em busca de caminho para a solução de problemas que afligem não só as massas trabalhadoras de todos os países, mas toda a humanidade.

ORDEM DO DIA DO IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

1 — Informe sobre a atividade sindical no mundo e o desenvolvimento dos laços fraternais e da unidade do movimento sindical internacional pela elevação do nível de vida dos trabalhadores por seus direitos econômicos, sociais e democráticos, pelo desarmamento, pela paz e a independência nacional.

2 — Informe do Conselho Fiscal da FSM.

3 — Informe da Comissão de Administração do Fundo de Solidariedade de Internacional dos trabalhadores sobre as suas atividades, as experiências adquiridas, bem como sobre a ajuda que pode prestar ao desenvolvimento posterior da solidariedade internacional.

4 — Propostas de modificações nos Estatutos da FSM.

5 — Eleição dos órgãos dirigentes da Federação Sindical Mundial e do Conselho Fiscal.

A Extensão ao Campo da Legislação Social

NA CÂMARA FEDERAL, EM ÚLTIMA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO, O PROJETO QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DO TRABALHADOR RURAL — QUE SE MANIFESTEM OS MILHÕES DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS, PELA APROVAÇÃO IMEDIATA DESSE PROJETO

Trava-se no plenário da Câmara de Deputados a batalha final pela aprovação do projeto de lei que concede aos trabalhadores rurais alguns dos benefícios da legislação trabalhista — reivindicação pleiteada por milhões de assalariados agrícolas, em nosso país, há longos anos.

Contra a aprovação do projeto e contra a concessão de qualquer melhoria nas condições de vida e de trabalho, colocam-se os elementos mais reacionários dos partidos políticos do governo e da oposição. Nos bastidores da Câmara, esses representantes tentam de todas as formas torpedear o projeto, tendo conseguido fazer aprovar, até agora, várias emendas contrárias aos interesses dos trabalhadores do campo. Uma delas, transfere para daqui a 180 dias, prorrogáveis por igual período, a realização de um censo agrícola, somente após o qual enviará o governo ao Congresso um projeto dispondo sobre a assistência e previdência social para o trabalhador rural.

O substitutivo ao projeto, objeto da discussão atual, foi elaborado por uma comissão mista de representantes de vários partidos, e está sendo

discutido em regime de urgência, mas contra ele colocam-se os grandes fazendeiros e os deputados que defendem os interesses destes.

E assim, embora o projeto conceda ao trabalhador rural apenas um mínimo de direitos e garantias, está ameaçado de não ser aprovado. Fernando Ferrari, deputado trabalhista que vem desenvolvendo intensa movimentação pela aprovação do projeto, cumprindo assim os compromissos assumidos por seu partido na campanha eleitoral, desmascarou as manobras desses elementos reacionários. afirmou ele que esse mínimo que se quer dar ao trabalhador do campo seria o início de sua libertação e «infelizmente, parece que não convém a muitos que o trabalhador agrícola tenha mais amparo e seja livre».

O projeto em discussão na Câmara

Arrasta-se na Câmara, há alguns anos, o projeto que estabelece o regime jurídico do trabalho rural. Compunha-se o projeto originário de 84 artigos.

Em síntese, estabelece o projeto:

- define o que seja trabalho rural, empregador e empregado rural, colono ou contratista, parceiro agrícola e pecuarista;
- estabelece as normas gerais de proteção do trabalho rural;
- cria a carteira do trabalhador rural, para os maiores de 14 anos;
- estabelece a jornada de 8 horas de trabalho, o descanso semanal e o trabalho noturno;
- estende ao trabalhador rural os benefícios do salário mínimo e das férias;
- trata da higiene e segurança do trabalho.

Normas especiais de proteção do trabalho da mulher, que constituem uma síntese do que preceitua a Consolidação das Leis do Trabalho, estão contidas no projeto:

- é vedado à mulher o trabalho noturno; — ela não pode ser despedida por motivo de casamento ou gravidez; — é proibido o trabalho da mulher grávida seis semanas antes e seis depois do parto, recebendo nesse período um salário não inferior ao último recebido; — fica assegurado o

auxílio-maternidade: — para amamentar, a mãe terá direito a dois descansos especiais durante a jornada de trabalho etc.

Ao menor de 14 anos é proibido o trabalho e ao menor de 18 anos, será vedado o trabalho noturno, insalubre, arriscado ou incompatível com a idade. Seu horário de trabalho deverá ser compatível com a frequência às aulas.

Cinco seções de um capítulo tratam do contrato de trabalho rural — poderá ser escrito ou verbal, por prazo determinado ou não, devendo constar da carteira as anotações a ele referentes. O contrato por prazo determinado que se prorrogar por mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de tempo.

Quando ao salário: poderá ser pago por semana, quinzena ou mês, dia ou hora de trabalho, ficando estabelecido o dia em que deverá ser efetuado.

O projeto de lei assegura ao trabalhador rural as garantias estabelecidas na CLT, no que se refere a aviso prévio, rescisão de contrato e indenizações, bem como à estabilidade.

Os dissídios e seus julgamentos estarão afetos à Justiça do Trabalho e caberá ao Serviço de Assistência e Previdência Social Rural promover a assistência social aos trabalhadores do campo.

Portanto, o substitutivo que está sendo discutido na Câmara dos Deputados interessa aos trabalhadores agrícolas e embora limite ainda a concessão de muitos direitos já conquistados pelos trabalhadores urbanos, deve ser aprovado.

A traição dos partidos das classes dominantes

Sempre que as eleições se aproximam, os candidatos correm para o interior do país, onde se encontra a imensa maioria da população brasileira e ali desfilam um rosário de promessas. Uma das mais antigas é justamente a de estender ao campo a legislação trabalhista. O atual presidente da República não fugiu a essa "praxe". Por sua vez, dois dos maiores partidos das classes dominantes — PSD e PTB — no acordo que firmaram por ocasião da campanha eleitoral, incluíram de maneira destacada aquela importante reivindicação das massas camponesas.

Mas as promessas foram esquecidas. Dezenas de emendas foram apresentadas ao projeto original da Câmara dos Deputados, muitas das quais anulavam na prática o benefício que se pretendia conceder. As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia, emitiram pareceres favoráveis ao projeto, mas apresentaram inúmeras emendas. Uma delas, propunha reduzir o salário-mínimo rural a 70% daquele concedido ao trabalhador urbano da mesma zona, alegando que o trabalhador rural conta com muitas "facilidades" no que se refere à alimentação, necessidade de vestuário e habitação etc. Outra emenda combatia a concessão de férias ao trabalhador do campo, sob o pretexto de que isso constituiria um benefício demasiado elevado para o mesmo, devendo constituir uma reivindicação futura e não imediata, pois as férias seriam "uma condenável ociosidade" para o trabalhador rural.

Deputados da oposição, em primeiro lugar da UDN, manifestam-se também contra a extensão da legislação social ao campo, alegando razões extremamente reacionárias. O



sr. Carlos Lacerda, líder udnista na Câmara, na falta de argumentos convincentes, afirmou que não podia admitir que os benefícios obtidos pelos trabalhadores urbanos ao longo de 40 anos de lutas, caíssem como «um impacto direto», acumulando toda as conquistas sociais do trabalhador urbano, sobre a atividade agrícola do Brasil. Pelo visto, deseja ele que os trabalhadores rurais esperem outros 40 anos, para terem então direito aos mesmos benefícios.

A maior resistência à aprovação do projeto parte porém do Bloco Ruralista, integrado por grandes latifundiários e fazendeiros, com assento na Câmara de Deputados, cuja posição reacionária contra qualquer concessão que beneficie os trabalhadores rurais, é conhecida.

Assim, embora os partidos considerem a questão aberta, trabalham nos bastidores para traír os compromissos assumidos perante seus eleitores do campo e rejeitar pura e simplesmente o projeto.

É preciso derrotar as emendas reacionárias

Em todos os congressos,

conferências e convenções de trabalhadores que se têm realizado ultimamente, uma resolução que vem sendo aprovada por unanimidade é a de estender ao campo a legislação trabalhista. Os proprietários das cidades — e não somente os do campo — compreendem a importância e o alcance dessa medida e a apoiam. Inúmeros sindicatos operários ajudam concretamente seus companheiros do trabalho rural, a se organizarem e a lutar em defesa desse direito, já assegurado pela Constituição.

Trata-se, pois, de impulsionar essa luta — enviar protestos à Câmara Federal, contra o adiamento que acaba de ser aprovado; exigir que sejam derrotadas quaisquer emendas reacionárias, que visem anular ou restringir direitos do trabalhador rural; exigir enfim que se uma vez por todas, as conquistas sociais já alcançadas pelos trabalhadores das cidades beneficiem também os seus irmãos do campo.

Da mobilização e da luta de milhões de trabalhadores, através de todo o país, dependerá o êxito dessa campanha.

Atividades Camponesas no Pará

Estão desenvolvendo suas atividades as organizações camponesas do Pará. Damos abaixo notícia de duas dessas associações.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE CAJUEIRO

Visando dar assistência médica a seus associados, a Associação dos Agricultores da Colônia de Cajueiro fundou um ambulatório, no qual faz pequenos curativos e aplica injeções. Nas últimas semanas, o movimento foi intenso: centenas de medicamentos foram distribuídos, tendo-se atendido a um total de 138 pessoas, para curativos e injeções.

Contando com o apoio crescente dos lavradores da localidade, a Associação pretende ampliar essa assistência médica e desenvolver seu trabalho em defesa das reivindicações dos lavradores de Cajueiro.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE SANTA ROSA

Na localidade de Santa Rosa, município de Vigia, reuniram-se 64 lavradores para aprovar um plano de uma campanha para levantar um muro para o Cemitério local de São Domingos, construído por estes mesmos trabalhadores, há alguns anos.

A campanha para a construção do muro já recebeu o apoio do prefeito, que doou 10 sacos de cimento e 2.000 tijolos e do diretório do PSD, que deu 10 sacos de cimento. A população de várias povoações vizinhas enviou um abaixo-assinado, com mais de mil assinaturas, ao governador do Estado, pedindo um auxílio de Cr\$ 50.000,00 para a campanha.

Já como resultado dessa campanha, foi criada a Associação dos Agricultores de Santa Rosa, cuja diretoria já está constituída e que se propõe a lutar por outras reivindicações dos lavradores locais.

Conferência de Posseiros no Paraná

Reunem-se representantes de 10 mil posseiros de Campo Mourão — Entregue ao governador do Estado um memorial com milhares de assinaturas, exigindo a entrega imediata de títulos de posse

Importante Conferência de Posseiros acaba de realizar-se na zona de Campo Mourão, na qual estiveram representados os 10 mil posseiros localizados em Campo Mourão, Cruzeiro d'Oeste, Golo-Erê, além de outros municípios próximos.

Uma das resoluções toma-

das na Conferência foi a de enviar à Curitiba uma delegação, para fazer entrega ao governador de um memorial contendo cerca de 3.600 assinaturas de posseiros. Anteriormente, uma comissão já fizera a entrega de 1.257 assinaturas, a outro abaixo-assinado no qual estavam enumeradas as reivindicações daqueles posseiros.

O memorial dirigido ao governador Moisés Lupion descreve as ameaças que pesam sobre os posseiros, de serem expulsos das terras em que trabalham, e lembram a pro-

Este reafirmou o compromisso já assumido com os posseiros e enviou o memorial ao Departamento de Terras, recomendando que cada posseiro recebesse seu título de posse em prazo curto. Uma ordem foi expedida ao Juiz de Campo Mourão, para que suspendesse todas as ordens de despejo e todos os processos contra os posseiros, até que ali chegasse um assistente técnico, a quem caberia fazer um levantamento completo da situação.

Conquistaram assim os posseiros de Campo Mourão uma



messa por ele feita, durante a campanha eleitoral, de distribuir títulos de posse a todos os posseiros daquela região.

Depois de esperar durante 9 dias, a delegação de posseiros eleita pela Conferência, avistou-se com o governador.

primeira vitória. Mas continuam vigilantes, até que recebam efetivamente os títulos que lhes foram prometidos, prontos a repelir as violências dos jagunços, a serviço dos grileiros, que querem roubar as terras que trabalham há longos anos.

VOZ OPERÁRIA

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual 100,00

Semestral 60,00

Trimestral 30,00

Núm. avulso 2,00

Núm. atrasado 3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:

Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte 2,00

Golias e interior de Amazonas e Territórios 4,00

Outros Estados 3,00

M. Gerais 2,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28, 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotejipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

★ Correspondência dos Estados ★

Espancado Selvagemmente Um Colono de Dourado

Grileiros e jagunços a seu serviço, prendem e espancam trabalhadores do campo — Policiais e prefeito envolvidos nos crimes contra os colonos — Convivência do governador João Ponce de Arruda com os grileiros — Magnífico movimento de solidariedade entre os colonos

CAMPO GRANDE. (Do Correspondente Joarez Abreu) — Em fins do mês de abril deste ano, registrou-se na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, um incidente, no qual tomaram parte jagunços, serviços dos grileiros e do prefeito Antonio Moraes Santos. Ameaçados pelos jagunços, os colonos, em sua legítima defesa, tiveram que desarmar e prender diversos jagunços, entregando-os à administração da Colônia. Ao mesmo tempo protestaram junto à administração da Colônia contra a apropriação indébita de terras da colônia pelos grileiros, recebendo a promessa de que o incidente não mais se repetiria.

Há cerca de 20 dias atrás a polícia de Dourados, obedecendo a ordem do grileiro Antonio Moraes, prefeito do município, prendeu 3 camponeses, por simples provocação. Novamente os colonos se mobilizaram e entre eles escolheram uma comissão de 5 pessoas para ir a Dourados

reivindicar a liberdade dos camponeses, o que conseguiram, graças aos contactos estabelecidos com personalidades e políticos locais.

Na noite do dia 5 do corrente, novo atentado contra colonos se verificou. Desta vez a vítima foi o colono Etelvino que, atraído pelo indivíduo Alvim de tal, que se dizia seu amigo, foi conduzido a lugar ermo e ali selvagemmente espancado e depois amarrado e pendurado de cabeça para baixo numa árvore, onde foi encontrado por populares, às 8 horas do dia seguinte.

Indignação geral entre os colonos de Dourados

Estes fatos vêm causando indignação entre os colonos de Dourados, que exigem punição para os criminosos. Entretanto, é voz corrente que estão implicados nesse crime, além de elementos reacioná-

rios da política local, o prefeito e grileiro Antônio Moraes e até mesmo o governador do Estado, sr. Ponce de Arruda. O próprio delegado de polícia, Adão Mota, disse que «são ordens do governador» perseguir os camponeses e colonos. Isso foi dito na presença do deputado estadual do PSP, Alberto Monteiro, o qual está solidário com os colonos. Novas e mais sérias ameaças pesam sobre os colonos.

Intenso Movimento de solidariedade as vítimas

Os colonos mobilizam-se em solidariedade às vítimas da sanha dos grileiros. Abaixo-assinados, exigindo abertura de inquerito são dirigidos às autoridades municipais, estaduais e federais.

Uma comissão de colonos está sendo organizada para ir ao Rio de Janeiro denunciar esta violência ao Presidente da República e exigir providência que venham impedir, bem como assegurar o trabalho em suas terras aos camponeses e colonos.

Em três caminhões, trabalhadores foram visitar o colono Etelvino no hospital. Desta visita participou o deputado federal pelo PTB, sr. Wilson Fadul, que não só se solidarizou com os colonos como prometeu denunciar o crime na Câmara Federal.

Preso um dos criminosos

Em virtude da pressão exercida pelo movimento de solidariedade e pela indignação reinante foi preso o policial Alvim de tal, que executou o espancamento em Etelvino. Este indivíduo foi preso em Ponta Porã, para onde fugiu depois do crime. Resta agora ele confessar quais foram os mandantes do crime.

CONFERÊNCIA DE REPÚDIO À ENTREGA DE F. DE NORONHA

CAMPINA GRANDE. (Do Correspondente) Com a participação de numerosa assistência, realizou-se, em maio próximo passado, no auditório da Escola Técnica de Comércio desta cidade, uma conferência sobre os aspectos jurídicos da cessão de Fernando de Noronha. Foi conferencista o jovem acadêmico Odimar Agra, e teve o patrocínio do Grêmio Literário Machado de Assis.

No decorrer da sua conferência, o jovem Odimar Agra mostrou que a soberania nacional havia sido ferida com a ocupação da ilha brasileira pelos soldados lanques. Argumentou ainda o conferencista com a ilegalidade da cessão de Fernando de Noronha. Finalmente demonstrou sua inconstitucionalidade por ferir frontalmente os artigos 87 em seus itens VII e X, combinados com o artigo 66, itens I e III, da nossa Constituição.

APOIO AOS TRABALHADORES DO FRIGORÍFICO «SWIFT»

Os trabalhadores do Frigorífico «SWIFT», em Rosário do Sul estão neste momento empenhados na luta por aumento de salário. Neste sentido, seu sindicato desenvolve grande esforço para, não só mobilizar todos os operários da sua categoria, como ganhar também a simpatia e a solidariedade dos demais setores do proletariado gaúcho, a

fim de levar a bom termo a luta por melhores condições de vida para os seus filiados.

Em recente reunião realizada, dirigentes de Federações e Sindicatos da capital do Estado decidiram solidarizar-se com os trabalhadores da SWFT, tendo a esse respeito telegrafado à entidade de classe daquela corporação.

VITÓRIA DOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE

PORTO ALEGRE. (Do Correspondente, Alvaro Caetano) — Os servidores municipais de Porto Alegre obtiveram uma significativa vitória com a promulgação da lei nº 1.722, de 4 de abril de 1957. Esta lei aumentou os seus vencimentos, objetivo por que vinham lutando há já algum tempo.

Por outro lado, milhares de trabalhadores que vinham servindo à municipalidade como

extranumerários, sem ter garantidos seus direitos sua estabilidade, etc, foram incorporados ao quadro burocrático da prefeitura.

Esta é uma vitória autêntica dos servidores portoalegrenses que, desde 1947, a partir do Congresso da União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, vinham se batendo por esta reivindicação.

GREVE À VISTA NA MANAUS HARBOUR



MANAUS. (Do Correspondente) — Os mensalistas portuários da Manaus Harbour ameaçam realizar uma nova greve, caso a Companhia continue a negar-se a cumprir a cláusula da portaria 909, que determina o reajustamento dos salários dos mensalistas,

sem levar em conta os aumentos dados espontaneamente, pela companhia, a partir de agosto de 1956.

O sindicato dos portuários se dirigiu à Companhia Manaus Harbour, dando-lhe o prazo de 20 dias para efetuar o reajustamento, se não for atendido, irão à greve os mensalistas.

ERGUEM-SE OS SINDICATOS OPERÁRIOS CONTRA A CARESTIA

MANAUS. (Do Correspondente) — Os sindicatos operários desta capital tomaram em suas mãos o combate ao alto custo de vida. Como primeiro passo, os sindicatos reuniram-se e depois de debaterem o problema, decidiram mobilizar os trabalhadores, os donas de casa, os estudantes e o povo em geral na luta contra os exploradores.

Uma Comissão de líderes e dirigentes sindicais esteve com o governador Plínio Coelho para solicitar do mesmo medidas energéticas contra a exploração do povo e para a melhoria do abastecimento da cidade. A Comissão tornou presente o governador amazonense de que havia solicitado ao Presidente da República a exoneração do atual presidente da COAP do Amazonas e a nomeação de um outro, indicado pelos sindicatos deste Estado. O governador prometeu estudar a questão e determinou o máximo de rigor na fiscalização nos mercados e nas feiras.

Os sindicatos vêm se dirigindo ao povo para que se organizem em comissões nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas, etc. O movimento contra a carestia tomou novo impulso em vista da audácia dos especuladores que fizeram, ultimamente desaparecer a carne do mercado e fazem matanças clandestinas, vendendo a carne ao preço de 100 cruzeiros o quilo. O peixe e outros produtos de primeira necessidade sofreram aumento astronômico, dificultando ainda mais a vida da população.

POSTA RESTANTE

★ CAMPINA GRANDE — A correspondência sobre as comemorações de 1º de Maio deixa de ser publicada por ter chegado com atraso. Pedimos que continue mandando as correspondências, providenciando, porém, uma maior rapidez na remessa. Muito grato.

★ RIO GRANDE DO SUL — Recebemos sua reclamação referente à não publicação da correspondência assinada por Alvaro Caetano. Você tem razão na crítica que nos endereçou. Em outro local desta página damos um resumo da correspondência. Continue escrevendo.

★ ESTADO DO RIO — De Cachoeira de Macacu, recebemos uma carta denunciando alguns proprietários que mantêm animais soltos naquela região, num grave perigo para a segurança da população, especialmente os menores. Deixamos de publicar os referidos dados por terem chegado às nossas mãos com grande atraso. Volte a escrever. Muito grato.

★ SÃO PAULO — Ao nosso Correspondente na capital bandeirante nos apressamos a agradecer todos os materiais que tem enviado, esperando que tal trabalho melhor sempre e não sofra solução de continuidade. Agradecemos também as observações críticas, bastante valiosas para nós.

Entrevista de Khrushchiov à Televisão Norte - Americana

(CONCLUSÃO DA PÁG. 4)

em suas conquistas. Mas que aconteceu? Os alemães foram derrotados, Hitler está debaixo da terra e a União Soviética prospera, marcha para a sua economia socialista e, cheia de confiança, marcha para o regime comunista. Acontece que, no que se refere à carne, ao leite e à manteiga, nós vos alcançamos e no que se refere à indústria vos alcançaremos, e iremos adiante e asseguraremos a criação da sociedade comunista em nosso país.

SCHORR — Nós não estamos aqui, Senhor Khrushchiov, para discutir convosco, e sim para conhecer vossa opinião. Mas já que levantastes a questão dos aborrecimentos da América em Formosa e, uma vez que estamos tendo uma conversa franca, eu desejaria apenas perguntar quanto tempo em vossa opinião se manterá o regime de Kadar sem as tropas e os tanques soviéticos na Hungria.

KHRUSHCHIOV — Façamos a experiência. Retirai vossas tropas da Alemanha e da França e também nós retiraremos as nossas da Alemanha, da Polónia e da Hungria e veremos que o regime Kadar — e este regime é o regime do povo húngaro — prosperará e florescerá pelos séculos dos séculos. Ali onde a classe operária tomou o poder, ela não o cederá aos exploradores e sim reforçará, desenvolverá sua economia, sua cultura. Eis o que é o poder de Kadar. Não é o poder de Kadar, Kadar é um servidor do povo húngaro; esse poder é a causa do povo húngaro, de sua classe operária.

NOVINS — Senhor Khrushchiov, resta-nos pouco tempo e eu desejaria utilizar uma parte dele para apresentar a

pergunta seguinte: qual o passo importante, em vossa opinião, que os russos, o governo soviético russo estão prontos a dar para aliviar essa tensão de que falamos e para chegar-se a uma melhor compreensão mútua entre os países do mundo?

KHRUSHCHIOV — Considero que permanentemente procuramos esses passos e os damos. Mas se um lado der passos e o outro não os der, então nada conseguiremos, pois o alívio da tensão no mundo depende não apenas de um lado mas também do outro. Esperamos que a América, de sua parte, dê passos, como também a Inglaterra, também a França, e afirmamos que não nos atrazaremos, que não ficaremos em dívida.

Eis aqui as nossas propostas mais substanciais: propomos nossos planos de desarmamento; propomos agora retirar as limitações ao comércio; propomos aos Estados Unidos retirar a «cortina de ferro» e marchar para um amplo intercâmbio de delegações sobre diferentes problemas e especialidades. Em que se pode ainda pensar? Para mim agora é difícil dizer. Creio que isso é suficiente para começar. Se a América respondesse da mesma maneira, teríamos um grande progresso.

NOVINS — Permiti-me, Sr., fazer ainda uma pergunta. Considerais que a história do pós-guerra, desde o final da guerra, dá quaisquer fundamentos para supor que, em alguns casos, a União Soviética não esteve certa ou cometeu erros nas relações internacionais que tenham levado ao surgimento de alguns focos de tensão?

KHRUSHCHIOV — Não sei a que erros vos referia. Admito

que, possivelmente, houve erros tanto de um lado como de outro. Se marcharmos racionalmente para a solução das questões em litígio que surgem, é possível que não haja também agravamentos. Penso que o agravamento que teve lugar foi, pelo visto, consequência do desejo, por parte dos países capitalistas, de experimentar-nos. Quando vossos dirigentes políticos dizem que estão prontos a entender-se conosco depois da «libertação do povo» que se encontra na «escravidão», têm em vista os países socialistas da Europa. Mas, senhores, se entendeis a escravidão dessa maneira, quero dizer-vos que temos nosso conceito de escravidão. Consideramos escravidão para o homem o regime capitalista e consideramos que o povo que vive nas condições do regime capitalista encontra-se sob a escravidão capitalista. Se admitirmos a tensão nesse terreno, é pouco provável que cheguemos a bons resultados.

NOVINS — Senhor Khrushchiov, estou convencido de que todos concordamos em que essa discussão levará a muito pouca coisa em nossa palestra. Entretanto, somos extraordinariamente gratos a vós por vossa intervenção no programa «Em face da nação».

KHRUSHCHIOV — Eu, de minha parte, desejaria agradecer-vos por me terdes dado a possibilidade de encontrar-me convosco, de ouvir vossas perguntas e respondê-las. Repito que me guio unicamente pelo desejo de nosso povo de ter boas relações com o vosso país, com o vosso povo.

Peço transmitir minha saudação e meus melhores votos ao vosso povo.

A Expressiva Reunião de Colombo Do Conselho Mundial da Paz

Extraordinária importância do conclave pela amplitude e decisões tomadas — Destacaram-se os representantes religiosos — 70 países representados — Os textos das principais decisões

ESTEVE REUNIDO EM COLOMBO, capital de Ceilão, entre os dias 10 e 16 de junho corrente, o Conselho Mundial da Paz. Essa sessão da grande organização presidida por Frederico Joliot Curie foi a primeira realizada na Ásia, e revestiu-se de extraordinária importância, por sua amplitude e pelas decisões tomadas.

O primeiro-ministro do Ceilão, sr. S. W. Bandaranaike, além de enviar expressiva mensagem à sessão inaugural, ofereceu aos participantes da reunião uma festiva recepção em sua residência oficial, o palácio «Árvores do Templo». O ministro da Justiça de Ceilão, sr. de Silva, presidiu os trabalhos na primeira sessão, e o prefeito de Colombo, sr. Sugathadasa, proferiu o discurso de boas vindas aos delegados vindos do exterior, que foram em número de 402, provenientes de 70 países.

Dirigiram também mensagens especiais à reunião de Colombo as seguintes e eminentes personalidades internacionais: o cientista Albert Schweitzer, o príncipe Albert dom Sihanouk, primeiro-ministro do Camboja, o general Lazaro Cardenas, ex-presidente do México, o escritor Jean Paul Sartre. A sessão de encerramento foi presidida pelo deputado italiano Lúcio Luzzatto, membro do Comitê Central do Partido Socialista Italiano.

Além de numerosos parlamentares, cientistas, e es-

tafistas representantes sindicais e dos mais diversos setores da opinião pública dos 70 países representados, destacavam-se os representantes religiosos. Pastores protestantes, chefes de igrejas ortodoxas, monges budistas, com seus mantos amarelos, personalidades religiosas indus e muçulmanas, personalidades católicas, — entre as quais o senador Domingos Velasco e a senhora Maria Helena Paranhos —, testemunhavam, com sua presença, o caráter amplo do movimento mundial da paz.

Em um comício público em homenagem à reunião do Conselho podiam-se contar nada menos de 350 monges budistas de Colombo.

Além dos membros do Conselho Mundial da Paz, assistiam à reunião, como convidados e observadores, dezenas de personalidades de vários países. Entre estas, lá estavam os senadores brasileiros Domingos Velasco e Costa Paranhos. Foram particularmente amplas e numerosas as delegações dos países afro-asiáticos, que, animados pelo «espírito de Bandung», constituem hoje uma das maiores garantias da paz mundial. As delegações da União Soviética e da China foram presididas respectivamente pelos escritores Alexandre Kornetichuk e Kuo Mo Jo.

As resoluções adotadas, das quais transcrevemos aqui na íntegra as principais, são de

maior importância para o desenvolvimento da campanha mundial dos partidários da paz, e devem ser estudadas atentamente.

O «Apelo de Colombo a todos os Governos», e a «Resolução sobre a trégua nuclear e o desarmamento», reprimam, com novos argumentos, a importância de um acordo imediato pela cessação das experiências com armas nucleares, objetivo este perfeitamente realizável, se os povos insistirem em seus esforços. Essa trégua será o primeiro passo para a cessação da corrida armamentista e para a realização de um acordo pela interdição total de todas as armas atômicas e pelo desarmamento geral.

Na «Resolução sobre o alívio da tensão internacional e problemas correlatos» o Conselho Mundial da Paz define com clareza, pela primeira vez, as relações entre o movimento da paz e a luta dos povos por sua independência nacional e por sua soberania. Esta resolução constitui contribuição nova e fundamental para a luta pela paz, e arma os movimentos nacionais de paz com novas perspectivas de trabalho para a sua ação. Nela se lêem também vários parágrafos em que são abordados de forma concreta os problemas de várias regiões do mundo, como a Alemanha, a Argélia, o Oriente Médio, a América Latina, a Coréia, o Viet-Nam, Chipre e Formosa.

APÊLO DE COLOMBO A TODOS OS GOVERNOS PELA CESSAÇÃO IMEDIATA DAS EXPERIÊNCIAS COM ARMAS NUCLEARES

Eminentes cientistas alertaram o mundo sobre os perigos decorrentes da continuação das experiências nucleares. Governos, parlamentos, grandes organizações as mais diversas, de vários países, e autoridades morais e religiosas pediram a cessação dessas experiências.

O Conselho Mundial da Paz, que já lançou uma campanha mundial pela obtenção de uma trégua atômica, vê nessa grande movimentação de opinião pública a expressão crescente de uma vontade comum de todas as forças de paz e de todos os povos.

Apesar dessas poderosas manifestações da opinião pública, as explosões experimentais continuam poluindo o ar, a terra e as águas e ameaçando o futuro da humanidade. Elas constituem o ponto culminante da corrida armamentista atualmente em curso e poderiam resultar no horror de uma guerra atômica.

Pedimos que todos os governos interessados declarem imediatamente uma trégua de todas as explosões experimentais e acelerem as negociações para chegar a um acordo sobre a proibição dessas experiências.

As propostas de limitação ou registro das experiências não solucionam o problema, pois não conduziriam à cessação das experiências.

Ao contrário, um acordo pela cessação das explosões experimentais iria minar a confiança, pioraria a situação internacional, reduzindo a tensão, e abriria assim o caminho à completa interdição dessas armas desumanas de destruição em massa e ao desarmamento geral.

Em nome de tudo o que é sagrado para o homem, apelamos a todos os governos do mundo no sentido de que ajam em favor da cessação imediata dessas experiências.

**O CONSELHO MUNDIAL DA PAZ
Colombo, 16 de junho, 1957**

Sobre o Alívio da Tensão Internacional

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

A desconfiança está envenenando as relações entre as nações e colocou a humanidade à beira da destruição nesta era nuclear. A tarefa dos povos é restaurar a confiança internacional e prevenir um desastre mundial.

Da Ásia e de todas as outras partes do mundo, muitas vozes de paz — a Conferência de Bandung, os Pancha Shila (Cinco Princípios), as declarações de numerosos estadistas — fizeram erguer-se bem alto as esperanças da humanidade. Por maiores que possam parecer os obstáculos à paz, essas esperanças devem e podem realizar-se. De todos os pontos do globo chegam testemunhos da determinação da humanidade de que cessem os ódios e rivalidades e de que seja realizada uma reviravolta decisiva no sentido da coexistência e da cooperação.

Desta sessão do Conselho Mundial da Paz, a primeira a realizar-se na Ásia, e uma das mais representativas — um grande encontro em Colombo de 402 pessoas de 70 países — proclamamos os povos a acabar com a divisão do mundo em dois blocos opostos, com a negação a uma grande parte da humanidade da independência nacional e das liberdades humanas usufruídas por outros, com o crescimento do ódio e da desconfiança. Conclamamos ao abandono da força e da intervenção, à cessação das ameaças e da competição nuclear, à retirada das tropas e extinção das bases em território estrangeiro, ao estabelecimento da confiança recíproca.

A dominação dos povos pelo colonialismo, quer em sua velha ou em suas novas formas, ou por pressões indiretas, tais como a incorporação em blocos e pactos militares, o uso dos recursos humanos e materiais de outros países para fins de guerra, a penetração política e econômica, a ajuda acompanhada de exigências, as discriminações e restrições ao comércio, além de trazerem a sujeição e sofrimento, aumentam o perigo de guerra.

A paz efetiva não pode existir enquanto os desejos de independência dos povos forem contidos pela força. E é por isso que os esforços dos povos para assegurar a sua independência econômica e política — um direito inscrito na Carta das Nações Unidas — representam uma contribuição direta à causa da paz.

As restrições aos intercâmbios econômicos e culturais entre os povos, e as proibições e embargos de qualquer natureza ao comércio, às viagens e às comunicações devem ser removidos. A passagem pelas vias marítimas internacionais deve ser livre para todas as nações, de acordo com a lei internacional. Todo intercâmbio entre os povos, que possa contribuir para a compreensão e amizade mútuas, deve ser estimulado.

A política de blocos e pactos militares deve cessar. As potências devem encontrarse, num espírito de compreensão e concessões mútuas, e remover tudo aquilo que ainda obstrui o caminho para o triunfo do espírito de paz, não somente entre as nações como no interior de cada país.

A Organização das Nações Unidas deve tornar-se verdadeiramente universal em sua composição, e a República Popular da China deve ser habilitada a assumir o lugar a que tem direito, como meio essencial para que essa organização seja capaz de representar o seu justo papel na manutenção da paz.

Na Europa deve ser dado um primeiro passo no sentido da retirada de todas as tropas estrangeiras, da liquidação de todas as bases em território estrangeiro, e da terminação da ingerência exterior em vários países. Isso poderia ser feito por etapas, com o objetivo de criar em prazo breve uma área de alívio de tensão, livre de blocos militares. Seria assim preparado o caminho para o estabelecimento de um único sistema de segurança, aceitável por todos, e tornar-se-ia mais fácil a reunificação da Alemanha e o término da divisão desse país em dois campos.

A ameaça aos países árabes não cessou de crescer, desde o fracasso da agressão tripartite contra o Egito. Continuam as pressões sobre os países do Oriente Médio e a ingerência em seus assuntos internos, e a situação permanece grave. A opinião pública mundial, que ajudou a deter o ataque ao Egito, deve manter-se vigilante. A doutrina do «vacuo de potência», ameaçando a segurança e a independência dos países da região, aumenta ainda mais o perigo. Deve cessar a violação da soberania dos povos da região e cessar a amea-

ça de uma renovação da agressão. Essas medidas são essenciais para ajudar a reduzir a tensão na região e para abrir o caminho para que seus povos cheguem a uma solução pacífica de seus problemas, de acordo com o espírito de Bandung.

Deve cessar a guerra da Argélia; não pode ser negado ao povo da Argélia o seu direito à independência; negociações em pé de igualdade podem estabelecer livremente um novo sistema de relações, que atenda aos verdadeiros interesses tanto do povo argelino, como um todo, como do povo francês.

O reconhecimento do direito do povo de Chipre à sua auto-determinação é um passo essencial para a paz. A repressão deve cessar e o governo britânico deve iniciar sem demora as negociações conclamadas pela ONU para esse fim. Do mesmo modo, todos os demais povos dependentes ou colonias devem obter a independência nacional a que têm direito.

As tentativas do exterior de intensificar o controle militar, político e econômico dos países da América Latina, por meio de um sistema de pactos, devem ter fim. A intervenção estrangeira em seus assuntos internos deve cessar, e sua independência econômica deve ser salvaguardada.

São também passos essenciais para a paz a unificação, por meio de acordos livres e justos — como estipulam as conversações internacionais — dos povos da Coréia e dos povos do Vietnã. A intervenção estrangeira no território chinês de Taiwan (Formosa), cujos perigos se tornam ainda mais agudos com os planos de estabelecimento de bases de armas nucleares nessa ilha, deve cessar imediatamente.

São esses os caminhos para a paz firme, duradoura e justa que todos desejam.

As questões internacionais em litígio não podem ser resolvidas pela força ou pela ameaça da força. Não há divergência que não possa ser resolvida pela negociação.

A paz, no entanto, não será assegurada apenas pelos governos, ou pelos esforços individuais de algumas personalidades, por mais eminentes que sejam. A paz será assegurada pelos povos, pela atividade de grandes movimentos pela paz, desde que estes sejam capazes de unir seus esforços aos de todas as forças, aos de todos os homens e mulheres que em todo o mundo querem a paz.